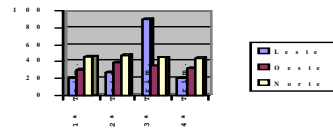
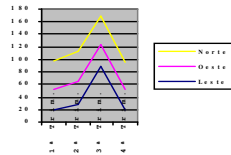




UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

*Material Didático*

# *Contabilidade Introdutória II*



*Elaboração*

*Prof. Paulo Henrique Alves Parreira*

*Goiânia, Fevereiro de 2008.*

**ÍNDICE**

01. Apresentação .....	3
02. Introdução .....	4
03. Patrimônio .....	5
04. Exercícios de Fixação (Patrimônio).....	5 e 6
05. Plano de Contas.....	6
06. Exercícios de Fixação (Plano de Contas) .....	09
07. Variações do Patrimônio Líquido .....	11
08. Exercícios de Fixação (Variações do Patrimônio Líquido).....	12
09. Atos e Fatos Administrativos.....	13
10. Exercícios de Fixação ( Atos e Fatos Administrativos ) .....	14
11. Técnicas Contábeis.....	15
12. Escrituração .....	16
13. Operações com Mercadorias .....	19
14. Exercícios de Fixação (CMV E RCM) .....	22
15. Depreciação.....	25
16. Amortização.....	26
17. Exaustão.....	27
18. Exercícios de Fixação (Depreciação, Amortização e Exaustão).....	27
19. Relatórios Contábeis .....	28
20. Balanço Patrimonial .....	29
21. Demonstração do Resultado do Exercício .....	37
22. Exercícios de Fixação (BP e DRE) .....	42
23. Resolução CFC n.º 686/90.....	50
24. Bibliografia.....	58

## APRESENTAÇÃO

Acreditando que o material possa se constituir em relevante recurso didático no desenvolvimento do conteúdo programático da disciplina de contabilidade introdutória II, procurou-se contemplar os principais tópicos, tais como: conceituações, importância, objetivos, finalidades, funções etc., para o fortalecimento e crescimento científico e intelectual de todos que buscam uma evolução contínua no processo de aprendizagem.

## Introdução

Para o exercício de funções relevantes, o contador necessita de uma preparação educacional bastante sólida, que envolva não somente uma formação técnica aprimorada como também uma razoável formação cultural e humanística.

Além do completo domínio das normas e princípios contábeis, o contador deve também possuir sólidos conhecimentos de matemática e estatística, de contabilidade aplicada, de direito, bem como de princípios de economia empresarial, de organização de empresas, administração, além das normas de ética profissional.

Na sua importância e versatilidade, o curso de Ciências contábeis expande seus raios de ação às pessoas de direito público, colocando-se a serviço da União, Estados, Municípios, Autarquias, Fundações etc.

O campo de atuação dos profissionais da área é vasto e promissor, garantindo o sucesso de todos aqueles que se graduarem no mundo fascinante da CONTABILIDADE.

### A PROFISSÃO

Mais do que nas atividades industriais, comerciais, financeiras, agropecuárias, de entretenimento, lazer, saúde, transportes, enfim toda a gama das ações empresariais existentes no mundo, a CONTABILIDADE, por ser indispensável em todas elas, deve estar atenta às exigências dos tempos modernos e do futuro próximo.

Linguagem universal dos negócios, a importância da contabilidade é indiscutível, e, por isso mesmo, mister se faz que o Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Goiás busque o aprimoramento permanente de seus métodos de ensino.

### O CURRÍCULO

O currículo do curso de Ciências Contábeis está centrado basicamente em três grandes linhas de ensino teórico-prático:

- ✓ conhecimento de formação geral de natureza humanística e social;
- ✓ conhecimento de formação profissional;
- ✓ conhecimento ou atividades de formação complementar.

Cabe destacar que este currículo exige uma postura gerencial inovadora, uma perfeita integração entre os diversos departamentos, sob a orientação do Departamento de Ciências Contábeis - CON. Exigirá uma reciclagem permanente do corpo docente, com a assimilação da nova filosofia do curso, a contínua modernização do Escritório/Modelo, dos equipamentos e das instalações para atendimento ao aluno (Prática Contábil).

### O OBJETO E AS FUNÇÕES DA CONTABILIDADE

Nos últimos 150 anos de doutrina contábil, muitas foram as teorias que procuraram identificar o objeto de estudo e as finalidades da Contabilidade. Destas teorias, a que é hoje universal e quase unanimemente aceita, é a do patrimonialismo, exposta por Vicenzo Mazi, que elegeu como objeto da contabilidade o PATRIMÔNIO, com enfoque para os fenômenos nele ocorridos.

Esta teoria possui princípios identificados e normas estabelecidas que constituem um conjunto estruturado de conhecimentos certos e universais, capazes de prever futuros fenômenos patrimoniais.

#### 1. Conceito de Patrimônio

Em contabilidade, a palavra **patrimônio** tem sentido amplo: por um lado significa o conjunto de **bens** e **direitos** pertencentes a uma pessoa ou empresa; por outro lado inclui as **obrigações** a serem pagas.

<b>PATRIMÔNIO DE UMA PESSOA OU DE UMA EMPRESA</b>	
<b>Bens e Direitos (a receber)</b>	<b>Obrigações ( a serem pagas)</b>

Bens: Coisas úteis, capazes de satisfazer às necessidades das pessoas e das empresas e se subdividem em:

Bens **materiais, corpóreos ou tangíveis**: Têm forma física, são palpáveis. Ex: Veículos, imóveis, estoques de mercadorias, dinheiro, moveis e utensílios etc.

Bens **imateriais incorpóreos ou intangíveis**: São os não palpáveis, não constituídos de matéria. Ex: Marcas e patentes.

Bens **imóveis**: são aqueles vinculados ao solo, que não podem ser retirados sem destruição ou danos: Edifícios, construções etc.

**Bens móveis**: são aqueles que podem ser removidos por si próprios ou por outras pessoas: máquinas, equipamentos, estoques de mercadorias etc.

Em Contabilidade entende-se por Direito ou **Direitos**.

**Obrigações:** São dívidas com outras pessoas ou instituições. Em Contabilidade tais dívidas são denominadas obrigações **exigíveis**, isto é, compromissos que serão reclamados, exigidos: pagamento na data do vencimento.

**ATIVO :** É o conjunto de **bens e direitos** da propriedade da empresa. São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa.

**Passivo:** Significa as **obrigações** exigíveis da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamadas a partir da data de seu vencimento.

**Patrimônio Líquido:** Parte do patrimônio que efetivamente sobra para seu proprietário após somar bens e direitos e subtrair do total das obrigações; situação líquida, riqueza líquida; medida de riqueza da empresa.

Equação Patrimonial:

$PL(\text{Patrimônio Liq.}) = \text{Ativo} - \text{Passivo}$

Situação Líquida Negativa:

$\text{Ativo} < \text{Passivo}$

Situação Líquida Positiva:

$\text{Ativo} > \text{Passivo}$

Situação Líquida Nula

$\text{Ativo} = \text{passivo}$

### Exercícios

- 1) Segundo a Resolução CFC 750/93 qual é o objeto da contabilidade?
- 2) Defina o que é Patrimônio?
- 3) O que são Bens, e quais as suas subdivisões?
- 4) Defina o que é ativo?
- 5) Defina o que é Passivo?
- 6) Qual a fórmula da Equação Patrimonial?
- 7) Para que você possa familiarizar-se bem com a escrituração dos fatos no livro Diário e razão, é conveniente que procure solucionar os fatos propostos nesta Prática realizando os lançamentos de acordo com o Diário e razão.
  1. Compra de mercadorias, à vista, conforme Nota fiscal nº 761, da Comercial Souza Ltda., no valor de R\$ 8.000.
  2. Compra de três armários de aço, à vista, conforme Nota fiscal nº 213 da Comercial Mendes Ltda., no valor de R\$ 3.000.
  3. Venda de mercadorias, à vista, conforme nossa Nota fiscal nº 100, no valor de R\$ R\$ 8.000 (não considerar o valor do custo de aquisição).
  4. Venda de três armários de aço, à vista, conforme nossa Nota fiscal nº 11, por R\$ 3000.
  5. Compra de mercadorias, a prazo, conforme Nota Fiscal nº 384 da Casa Theodoro S/A, no valor de R\$ 5.000. Houve, no ato, aceite de cinco duplicatas no valor de R\$ 1.000, cada uma para vencimento de 30 em 30 dias.
  6. Venda de mercadorias, a prazo, ao Sr. Cláudio de Biasi, conforme nossa Nota fiscal nº 18, no valor de R\$ 1.500. Houve aceite, no ato, de três duplicatas no valor de R\$ 500 cada uma, com vencimento para 30, 60 e 90 dias.
  7. Abertura de conta bancária, com depósito inicial em dinheiro, no Banco Urupês S/A, no valor de R\$ 10.000.
  8. Saque efetuado para reforço de Caixa, conforme nosso cheque nº 1 do Banco Urupês S/A, no valor de R\$ 2.000.
  9. Compra de uma casa situada na Rua X, s/n, conforme escritura lavrada no Terceiro Tabelião, no valor de R\$ 100.000. Foram pagos, à vista, como sinal, R\$10.000, através do nosso cheque nº 2 do Banco Urupês S/A, e o restante será pago em 60 dias, conforme Nota Promissória.

10. Venda de mercadorias, ao Sr. Olavo, conforme nossa Nota Fiscal nº 653, no valor de R\$ 6.500, sendo que R\$ 500 foram recebidos no ato, em dinheiro, e o restante será recebido em três parcelas de R\$ 2.000, conforme aceite de duplicatas.
11. Venda de mercadorias, à vista, ao Sr. João César, conforme nossa Nota Fiscal nº 32, no valor de R\$ 500. O cliente efetuou pagamento através do cheque nº 300 do banco do Estado.
12. Pagamento de uma duplicata ao fornecedor JX Ltda. No valor de R\$ 300, com 5% de desconto.
13. Venda de mercadorias à vista, no valor de R\$, com desconto destacado na NF de R\$ 50. Total da NF: R\$ 300.
14. Recebimento de aluguel do Sr. Paulo, em dinheiro, no valor de R\$ 1.200, com 10% de desconto.
15. Compra de mercadorias, à vista, do fornecedor JL Ltda., no valor de R\$ 9.000. na NF, houve desconto incondicional de R\$ 1.000. Total da NF: R\$ 8.000.
16. Recebimento, em dinheiro, de uma duplicata da Sra. Celeste, no valor de R\$ 100, com 30% de juros.
17. Compra de 5 computadores no valor de R\$ 15.000, onde R\$ 5.000 foram pagos à vista, e o restante a prazo conforme Nota Promissória.

3) De acordo com os fatos abaixo:

- 1) Constituição de uma sociedade com o capital de R\$ 80.000,00 integralizado no ato 90% em moeda corrente do país, conforme contrato social arquivado na JUCEG.
- 2) Compras de mercadorias R\$ 9.000,00 sendo 30% à vista e o restante mediante aceite de duplicatas.
- 3) Compra de máquinas e equipamentos para uso da entidade a prazo R\$ 2.000,00 com aceite de Notas Promissórias.
- 4) Venda de mercadoria por R\$ 2.000,00 sendo 50 % à vista, com emissão de duplicatas.
- 5) Pagamento de energia R\$ 300,00.
- 6) Pagamento de R\$ 200,00 Ref. Manutenção.
- 7) Pagamento de 20% do item “2”, com 30 de juros.
- 8) Recebimento de 30% do item “04” com 20 de desconto.
- 9) Compras de mercadorias R\$ 3.000,00 a prazo com aceite de duplicatas.
- 10) Vendas de mercadorias R\$ 1.500,00 a prazo.
- 11) Compra de um veículo para uso da entidade por R\$ 5.000,00 sendo 40% à vista e o restante mediante aceite de nota promissória.
- 12) Pagamento de 50% do item ‘ 9 ‘ com 20% de desconto.
- 13) Recebimento de R\$ 500,00 Ref. O item “10” com 20% de juros.
- 14) Pagamento de Aluguel do M~es R\$ 1.000,00
- 15) Compra de mercadorias R\$ 2.000,00 à vista.
- 16) Abertura de C/C no Banco do Brasil R\$ 6.000,00.
- 17) Pagamento de 40% do item “11” com 15% de juros Cheque nº 001.
- 18) A empresa obteve um empréstimo bancário no valor de R\$ 9.000,00.
- 19) Pagamento de combustível R\$ 200,00.
- 20) Pagamento de salário do mês de R\$ 500,00.
- 21) Vendas de mercadorias R\$ 25.000,00 à vista.
- 22) Pagamento do restante da dívida ref. O item “11”.
- 23) Venda do veículo a prazo por R\$ 8.000,00.

PEDE-SE

A) Lançamentos no razonete;

## 2. Plano de Contas

Para que se possa ter perfeita noção do que seja um Plano de Contas e bem conhecer sua técnica ou forma e elaboração, é preciso que primeiramente se tenha um sólido conceito de conta.

### Conceitos de Conta

“ Expressão qualitativa e quantitativa, estática e dinâmica, de fatos patrimoniais da mesma natureza, ocorridos ou por ocorrer, em uma empresa ou em uma entidade”.(Sá)

“ Conta é um conjunto de levantamentos, refletindo um elemento ou componente formado ou em formação, efetivo ou potencial, de um patrimônio azidental ou de terceiros, do qual exprime, geralmente, a variável grandeza em uma dada medida, quase sempre monetária.” (Vencenzo Mais. Rilevazione patrimoniale. 2 ed. Padova: Cedam 1942. p.359)

“ Conta é o nome técnico que identifica um componente patrimonial ( Bem, Direito, Obrigação ou Patrimônio Líquido) ou um componente de Resultado (Despesa ou Receita) .” (Ribeiro, Osni Moura.3. ed., São Paulo: Saraiva, 2002. p. 61).

“ O objeto de uma conta, seja ela qual for, simples ou complexo, deve, portanto, formar um todo em si, que aparece liquidamente distinto dos objetos de outras contas, que não seja, em suma, inteiramente semelhante a qualquer outra: deve ter por base um todo homogêneo que resulte, isto é, de partes semelhantes que possam ser observadas sob qualquer aspecto como tal.” (Fábio Besta. La ragioneria. 2. ed. Milano: Francesco Vallardi, 1920. v. II, Cap. II p. 336).

Todos os acontecimentos que ocorrem diariamente na vida da empresa, responsáveis pela gestão do patrimônio – como compras, vendas, pagamentos, recebimentos etc. -, são registrados pela Contabilidade em contas próprias. Assim, toda movimentação de dinheiro efetuada dentro da entidade é registrada em uma Conta denominada Caixa; os objetivos comercializados pela entidade são registrados em uma Conta denominada Mercadorias, e assim por diante.

Ela é, portanto, o instrumento que se adota para guardar memória, reunindo acontecimentos patrimoniais, de natureza idêntica, possuindo, por esta razão, um objeto certo.

A conta tem sempre objeto distinto de outras contas porque reúne fatos de características próprias, iguais por sua natureza e que sucedem no patrimônio.

O grande cuidado deverá residir sempre no respeito a este básico princípio de que a conta é uma expressão de um objeto certo, que não deverá nunca ser confundido com o de outras contas, ou seja, uma evidenciação de fatos ou fenômenos patrimoniais da mesma natureza, sempre sob o aspecto da finalidade da empresa ou da entidade.

As contas podem ser classificadas em dois grupos: Contas Patrimoniais e Contas de Resultado ( Teoria Patrimonialista). As contas Patrimoniais são as que representam os elementos componentes de Patrimônio. Dividem-se em Ativas ( Bens e Direitos ) e Passivas ( Obrigações e Patrimônio Líquido).

As contas de Resultado são as que representam as variações patrimoniais. Dividem-se em Contas de Despesas e Contas de Receitas.

Uma conta deve ser apresentada, para efeitos de um Plano de Contas, através de Seus:

1. Título;
2. Função;
3. Funcionamento;
4. Classificação;
5. Grupamentos;
6. Códigos etc.

**TÍTULO:** É a palavra ou designação que dá nome a ma conta; evidenciando seu objeto, ou seja, a razão para a qual foi aberta e a classe de valores que registra; é uma identificação imprescindível na técnica dos registros.

**FUNÇÃO DAS CONTAS - CONCEITO:** Função de uma conta é sua ação, ou ainda, para que serve qual o papel que desempenha na escrituração; pode ainda ser conceituada como sendo a explicação do objeto da conta, ou então a expressão descritiva da natureza dos fatos registráveis da conta.

Exemplo:

**FUNÇÃO DA CONTA: FORNECEDORES**

Esta conta destina-se ao registro de todas as transações realizadas com as firmas ou pessoas que realizem fornecimentos para a empresa. Nela registram-se, normalmente, as faturas ou notas de fornecimento e os seus resgates. Tem ainda por função o registro das antecipações sobre fornecimentos quando estes forem feitos a prazo curto e quando não se relacionarem com transações que se prolonguem, necessitando de acertos especiais.

Pela descrição feita acima percebe-se, é claro, que pela função de uma conta se conhece perfeitamente qual o seu objeto, ou ainda, para que foi aberta.

**FUNCIONAMENTO DAS CONTAS - CONCEITO:** O funcionamento das contas estabelece a relação da conta com as demais outras e evidencia como se comporta diante de seu objeto.

Demonstra como se debita a conta, como se credita, qual a natureza de seu saldo, quais as outras contas que normalmente com ela estabelecem contato.

Exemplo:

**FUNCIONAMENTO DA CONTA : CLIENTES**

Esta conta é debitada pelas faturas ou notas de vendas feitas a clientes da empresa: é creditada, quando o cliente resgata sua dívida. A natureza do saldo desta conta é DEVEDOR, integrando o sistema de aplicações da empresa. Relaciona-se em seu DÉBITO com as contas de vendas e similares.

Relaciona-se com seu CRÉDITO com as contas de CAIXA, BANCOS E DEVOLUÇÕES.

Esta conta é de natureza devedora.

Pelo seu Débito surgem os seguintes registros, relativamente a outras contas:

CLIENTES

A VENDAS

Pelo seu crédito surgem os seguintes registros, relativamente a outras contas:

CAIXA

A CLIENTES – liquidação em dinheiro

BANCOS

A CLIENTES – liquidação em banco

DEVOLUÇÕES DE CLIENTES

A CLIENTES – pela devolução de mercadorias.

O saldo desta conta, sendo devedor, indica sempre o que a empresa tem a receber de terceiros por vendas a prazo que realizou.

**CLASSIFICAÇÃO DA CONTA:** Indica se ela é Conta Patrimonial ou de Resultado.

**GRUPAMENTOS DAS CONTAS:** Indica se ela pertence ao grupo de Ativo, Passivo, Despesas ou Receitas.

**CÓDIGO E GRAU DA CONTA:** É composto por um ou mais algarismos utilizados para identificar cada uma das contas que compõem o Plano de Contas de uma entidade.

A adoção de códigos agiliza os registros contábeis, principalmente quando efetuados por meio de computador; assim, débitos e créditos são feitos através dos códigos das contas e não pela intitulação.

Os critérios para definir a codificação a ser adotada fica a cargo de cada contabilista, dependendo do porte da empresa e do grau de detalhamento das informações que pretende obter.

A codificação que sugerimos identifica as Contas do Ativo pelo algarismo 1; as contas do Passivo, pelo algarismo 2; as Contas de Despesas, pelo algarismo 3; as Contas de Receitas, pelo algarismo 4; e as contas utilizadas para apuração do Resultado do Exercício, pelo algarismo 5.

Exemplo Completo:

**TÍTULO DA CONTA : DESPESAS FINANCEIRAS**

**FUNÇÃO:** registra a aplicação de valores em despesas feitas para conseguir dinheiro, tais como: juros, comissões pagas a bancos, descontos concedidos a clientes da empresa etc.;

**FUNCIONAMENTO:** abre-se e encerra-se em cada exercício. Debita-se pelos gastos e credita-se na apuração do resultado líquido.

Relaciona-se com as contas de:

Caixa, Bancos, Clientes, Lucros e Perdas, normalmente.

**CLASSIFICAÇÃO:** Classe dos RESULTADOS

**GRUPAMENTO** – DESPESAS.

**CODIFICAÇÃO** – 3.

**O QUE É UM PLANO DE CONTAS**

Plano de contas é uma peça na técnica contábil que estabelece previamente a conduta a ser adotada na escrituração, através da exposição das contas em seus títulos, funções, funcionamento, grupamentos, análises, derivações, dilatações e reduções.

É um conjunto de normas e intitulação de contas, previamente estabelecido, destinado a orientar os trabalhos da escrituração contábil.

É um conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplinam as tarefas do setor de Contabilidade, objetivando a uniformização dos registros contábeis.

## COMPOSIÇÃO DO PLANO DE CONTAS

Um Plano de contas ideal poderá compor-se de três partes:

Elenco de Contas;

Manual de Contas;

Lançamentos explicativos para registro de operações especiais.

## ELENCO DAS CONTAS – CONCEITO

Em um plano de Contas o elenco é a relação dos títulos das contas. Costuma-se denomina-lo também “Quadro de Contas”.

Manual das Contas

O Manual de contas é um quadro explicativo do uso adequado de cada uma das contas constantes do Elenco de Contas. Esse quadro apresenta:

a) Função de cada conta;

b) Funcionamento de cada conta;

c) Natureza do saldo de cada conta.

## QUANTIDADE DE CONTAS QUE DEVER TER UM PLANO DE CONTAS

Um plano de contas deve ter tantas contas quantas forem necessárias para expressar, com a devida clareza, os fatos ocorridos na vida de um patrimônio.

## CARACTERISICAS DE UM BOM PLANO DE CONTAS

Um bom plano de contas é aquele que se elabora rigorosamente dentro das normas técnicas e em perfeita coadunação com as necessidades da empresa.

Para que um plano contábil tenha excelência é imprescindível que:

1. Seja adaptável às necessidades da empresa.
2. Tenha unidade técnica de nomenclatura e de funcionamento.
3. seja claro, acessível.
4. seja flexível, permitindo ampliações e reduções sem quebra de unidade.
5. Tenha precisão e exatidão dentro dos princípios e preceitos da Contabilidade.
6. Siga a Princípios Gerais Doutrinários que dão uniformidade.
7. Enseje informações que possam refletir a imagem fiel da riqueza.

## UTILIDADE O PLANO DE CONTAS

A principal utilidade do plano de contas é a de servir de meio de orientação na escrituração contábil, possibilitando a unidade de trabalho e protegendo a empresa contra os erros naturais motivados pela ausência de sistematização.

O plano é uma peça básica de orientação, um roteiro de grande valor, hoje indispensável e de uso generalizado.

O plano de Contas é, hoje, uma peça imprescindível e a sua ausência nos trabalhos de escrituração contábil denota, efetivamente, conduta deficiente por parte do profissional, na execução de sua tarefa.

## Exercícios de Fixação

1. Defina Conta?
2. Em Contabilidade, conta é:
  - a) O nome técnico que identifica um ou mais componentes patrimoniais.
  - b) O nome técnico que identifica um componente do Patrimônio Líquido, uma Despesa ou Receita.
  - c) O nome técnico que identifica um componente patrimonial ( Bem, Direito, Obrigações e Patrimônio Líquido) ou um componente de resultado ( Despesa ou Receita).
3. Todas as contas utilizadas pela contabilidade podem ser classificadas em dois grupos:
  - a) Patrimoniais e de Resultado.

- b) Patrimoniais e do Patrimônio Líquido.  
 c) Patrimoniais e de Despesas.  
 d) Patrimoniais e de Receitas.
4. Função da conta é:  
 a) A razão da existência da conta.  
 b) A situação em que ela será debitada ou creditada.  
 c) O mesmo que código de conta.  
 d) O mesmo que grau de conta.
5. Funcionamento da conta diz respeito:  
 a) O grau da conta.  
 b) Ao papel que ela desempenha na Contabilidade.  
 c) À origem da conta.  
 d) À situação em que ela será debitada ou creditada.
6. Elenco de Contas é:  
 a) O mesmo que plano de contas.  
 b) Uma das partes em que se divide o Plano de Contas, composta por uma relação de contas contendo intitulação e código de cada conta.  
 c) O mesmo que Manual de Contas.  
 d) N.D.A.
7. Manual de Contas é:  
 a) O mesmo que Plano de Contas.  
 b) O mesmo que Plano de Contas.  
 c) Parte do Plano de Contas, que constitui um quadro explicativo contendo a função, o funcionamento e a natureza de cada conta.  
 d) N.D.A.
8. Código da conta é:  
 a) Um ou mais algarismos utilizados para identificar a respectiva conta.  
 b) O mesmo que grau.  
 c) Um número secreto de conhecimento somente do contabilista  
 d) A inicial de cada conta.
9. Classifique as contas em:  
 a) Patrimonial ou Resultado;  
 b) Ativo, Passivo, Despesa ou Receita;  
 c) Devedora ou Credora;

Nº	CONTAS	a	b	c
1	Caixa			
2	Fornecedores			
3	Clientes			
4	Água e Esgoto			
5	Aluguéis Ativos			
6	Bancos conta Movimento			
7	Promissórias a Pagar			
8	Capital Social			
9	Aluguéis Passivos			
10	Café e Lanches			
11	Descontos Obtidos			
12	Combustíveis			
13	Descontos Concedidos			

14	Lucros ou Prejuízos Acumulados			
15	Contribuições de Previdência a Recolher			
16	FGTS a Recolher			
17	Salários a Pagar			
18	Veículos			
19	Estoques de Mercadorias			
20	Receita de Serviços			
21	Despesas Bancárias			
22	Impostos e Taxas a Recolher			
23	Móveis e Utensílios			

### 3. As variações do Patrimônio Líquido

#### Despesa, Receita e Resultado

As causas principais que fazem variar o Patrimônio Líquido são:

- a) o investimento inicial de capital e seus aumentos posteriores ou desinvestimentos ( devoluções de capital) feitos na entidade;
- b) o resultado obtido do confronto entre contas de receitas e despesas dentro do período contábil

**Receita** - Entende-se como Receita a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais.

**Gasto** – É todo sacrifício para aquisição de um bem ou serviço com pagamento no ato ou no futuro (cria uma dívida). Assim, a empresa tem gasto na compra de Imobilizado, na compra de matéria-prima, na produção etc.

**Custo** – Quando uma matéria-prima é adquirida, denominamos este primeiro estágio de Gasto; em seguida, ela foi estocada no Ativo (ativada); no instante em que a matéria-prima entra em produção (produção em andamento), associando-se a outros gastos de fabricação, reconhecemos (a matéria-prima + outros gastos ) como Custo.

**Despesa** - Entende-se, por Despesa, o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita. Diminuindo o Ativo ou aumentando o Passivo, uma Despesa é realizada com a finalidade de se obter uma Receita

**Resultado** - Caso as receitas obtidas superem as despesas incorridas, o Resultado do período contábil será positivo ( lucro), que aumenta o Patrimônio Líquido. Se as despesas forem maiores que as receitas, este fato ocasiona um prejuízo que diminuirá o Patrimônio Líquido.

#### Encerramento de Contas de Receita e Despesa

Toda empresa necessita fazer a apuração de resultados pelo menos uma vez por ano. O lucro ou prejuízo de um exercício está na dependência do confronto das contas de receita e de despesa, e esse resultado líquido é apurado na conta denominada Resultado.

Para efeito de apurar o Resultado da empresa, as contas de receita e despesa são periódicas, isto é, somente deverão conter registros para um ano ou período menor, conforme a duração do período contábil, o que significa que todas as contas de receita e de despesa devem possuir saldo zero no início dos períodos.

Para que isto ocorra, no final de cada período deve-se proceder ao encerramento das contas de resultado, por meio dos lançamentos de encerramento. O encerramento das contas de receita é realizado pela transferência (débito) de seus saldos credores para crédito das contas Resultado. As contas de despesa são encerradas pela transferência (Crédito) de seus saldos devedores para débito da conta Resultado.

#### Distribuição de Resultados

Pelo exposto no tópico anterior, a conta Resultado recebe, por transferência a débito o valor dos saldos das contas de despesa e a crédito os saldos das contas de receita. Se o total dos créditos da conta Resultado for superior ao total dos débitos, teremos um lucro líquido, se, ao contrário, o total de débitos superar o total dos créditos, chegará a um prejuízo.

Ocorrendo Lucro ou Prejuízo, o resultado apurado será transferido para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Após sua transferência para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, o Resultado do Exercício poderá ser distribuído para outras contas do Patrimônio Líquido e do Passivo.

### Exercícios

- 1) Adotando o Regime de Competência, a empresa deverá considerar, na apuração do Resultado do Exercício:
  - a) todas as Despesas incorridas e as Receitas realizadas (isto é, as que tiveram seus fatos gerados ocorridos no respectivo exercício).
  - b) Somente as Despesas pagas e as Receitas recebidas no respectivo exercício.
  - c) Todas as Despesas pagas e as Receitas ainda não realizadas.
  - d) Somente as Despesas incorridas e as Receitas recebidas.
- 2) A apuração do Resultado do Exercício é obtida pelo confronto entre:
  - a) as Despesas incorridas e as Receitas recebidas no respectivo período
  - b) as Despesas pagas e as Receitas realizadas no respectivo período.
  - c) As Despesas diferidas e as Receitas ganhas no no respectivo período.
  - d) As Despesas incorridas e as Receitas ganhas no respectivo período.
- 3) Suponhamos que, no exercício de x2, tenham ocorrido os seguinte eventos na gestão de uma determinada empresa:
  1. Pagamentos em dinheiro, de salários e encargos, no valor de R\$ 2.000, referentes ao mês de dezembro de x1.
  2. Pagamentos efetuados durante o exercício de x2, em cheques, no valor de R\$ 30.000, referentes a salários e encargos incorridos nos meses de janeiro a novembro de x2.
  3. Salários e encargos de dezembro de x2 a serem pagos em janeiro de x3, no valor de R\$ 5.000.
  4. Recebida em janeiro de x2 a importância de R\$ 500, referente a aluguéis no mês de dezembro de x1.
  5. Recebida em dinheiro, durante o exercício de x2, a importância de R\$, referente a aluguéis correspondentes aos meses de janeiro a novembro de x2.
  6. Aluguel de dezembro de x2, a ser recebido em janeiro, de x3 no valor de R\$ 800.
  7. Recebimento de R\$ 250 do cliente João para quitação de uma duplicata de seu aceite.
  8. Recolhimento em janeiro de x2, através de cheque, da importância de R\$ 1.000, correspondente a impostos e contribuições de dezembro de x1.
  9. Pagamentos efetuados em dinheiro, durante o exercício de x2, referentes a impostos e contribuições, correspondentes aos meses de janeiro a novembro de x2, no valor de R\$ 12.000.
  10. Impostos e contribuições referentes a dezembro de x2, a serem recolhidos em janeiro de x3, no valor de R\$ 1.900.
  11. Serviços prestados durante o exercício de x2, recebidos à vista, no valor de R\$ 54.000.
  12. Serviços prestados em dezembro de x2, a prazo, para recebimento no exercício de x3, no valor de R\$15.000.
  13. Seguro contra incêndio firmado com a Cia. Seguradora Brasil, em 01 de setembro de x2, pelo período de um ano. Valor de prêmio pago em 01 de setembro de x2, através do cheque n° 200.001 no Banco Urupês: R\$ 3.600.
  14. Pagamento de R\$ 800 em dinheiro ao fornecedor J.A. Ltda., para quitação de uma duplicata de nosso aceite.
- 4) Quais as principais causas que fazem variar o Patrimônio Líquido?
- 5) Defina o que é Despesa, Receita e Resultado?
- 6) O que significa encerramento de contas de Receita e Despesa?

#### 4. Atos e Fatos administrativos

##### Atos Administrativos

São aqueles que ocorrem na empresa e que não provocam alterações no Patrimônio. Por exemplo: admissão de empregado, assinatura de contratos de compra e venda, e de seguros, finanças em favor de terceiros, avais de títulos.

Por não provocarem modificações no Patrimônio, os atos administrativos não precisam ser contabilizados. Entretanto, alguns deles considerados relevantes e cujos efeitos possam se traduzir em modificações no Patrimônio da entidade ( modificações futuras ), poderão ser contabilizados através das contas de compensação.

##### Fatos administrativos

São aqueles que provocam modificações no patrimônio, sendo, portanto, objeto de contabilização através das Contas Patrimoniais ou das Contas de Resultado, podendo ou não alterar o Patrimônio Líquido (Situação Líquida).

##### Fatos permutativos ou compensativos

São os que trazem variações do ponto de vista específico, sem alterar a situação líquida do patrimônio.

##### Permutação no ativo

Como exemplo de permutação de componentes do ativo, temos o recebimento de duplicata. Por esta operação, há diminuição do ativo, porque desaparece o crédito do patrimônio sobre o valor do título, mas ao mesmo tempo ocorre aumento do ativo pela entrada de dinheiro em caixa. Não há, portanto, como vemos, alteração na situação líquida do patrimônio, mas apenas permutação de seus elementos constitutivos pois a saída de um foi compensada pela entrada de outro de igual valor.

##### D CAIXA

##### C DUPLICATAS A RECEBER

Recebido de H. Marques, valor da duplicata nº 74.	28.500
---	--------

##### Permutação no Passivo

O lançamento abaixo representa permutação do passivo, sem que haja modificação na situação líquida do patrimônio, pois houve diminuição do passivo em Fornecedores e, ao mesmo tempo, aumento do passivo pelo aceite da duplicata, que representará responsabilidade da empresa pelo título assinado.

##### D FORNECEDORES

##### C DUPLICATAS A PAGAR

Cia. Industrial Brasileira	
M/ aceite de s/ duplicata nº 9.876 para 22-07-19..	28.500

##### Permutação (Diminuição de ativo e passivo)

A compensação entre elementos ativos e passivos pode trazer aumento nessas duas partes do patrimônio, ou diminuição em ambas, não alterando a situação líquida do patrimônio.

Como exemplo de diminuição de ativo e passivo citemos o pagamento de duplicata. Há, com essa operação, diminuição de ativo pela saída de dinheiro, e, ao mesmo tempo, diminuição de passivo pela extinção de responsabilidade.

##### D DUPLICATAS A PAGAR

##### C CAIXA

Pagamento de duplicata 2.134, de G. Moura & Cia.	11.200
--	--------

##### Fatos Modificativos

São os que produzem alterações na situação líquida do patrimônio, diminuindo-a ou aumentando-a. Há diminuição na situação líquida quando um bem é consumido ou quando há gastos ou despesas decorrentes da atividade econômica, necessária para alcançar os fins da empresa.

O aumento do patrimônio líquido ocorre quando há receita, ou seja, recebimento de importâncias por serviços prestados, por juros de capitais, por descontos obtidos com pagamento antecipados, além de receitas secundárias. A principal receita da empresa mercantil é o lucro

**Fatos modificativos diminutivos**

Como soma algébrica de valores, em que o ativo é a parte positiva e o passivo a negativa, o patrimônio será diminuído em seu valor absoluto ( situação líquida positiva ) com a diminuição do ativo ou o aumento do passivo, pois matematicamente o número negativo é tanto menor quanto maior for seu número absoluto.

Diminuição da situação líquida positiva do patrimônio, por diminuição do ativo

<b>D ALUGUEIS</b>	
<b>C CAIXA</b>	
Pão aluguel do mês de maio	<b>100</b>

**Fatos Modificativos aumentativos**

Ao contrario do caso anterior, o aumento do patrimônio pode dar-se por aumento do ativo ou diminuição do passivo. Como exemplo de aumento de ativo, temos o recebimento de juros pela aplicação de capitais ou pelo atraso de devedores no pagamento de títulos.

**Aumento da situação líquida positiva do patrimônio, por aumento do ativo**

<b>D CAIXA</b>	
<b>C JUROS ( ou Receitas Financeiras)</b>	
Recebido de J. Saraiva, Juros de Mora à razão	
De 1% ao mês pelo atraso de um mês no pagamento de nossa duplicata 71, no valor de \$ 5.000	

**Fatos Mistos ou Compostos**

São os que conjugam a permutação ou compensação de valores com modificação na situação líquida do patrimônio.

Permutação no ativo, com diminuição da situação líquida, positiva do patrimônio

<b>C DUPLICATAS A RECEBER</b>	
Pelo recebimento de n/ duplicata nº 75	
no valor de \$20.000.00 com 5% de desconto	<b>20.000</b>
<b>D CAIXA</b>	
Liquido recebido	<b>19.000</b>
<b>D DESCONTOS CONCEDISOS</b>	
Desconto concedido	<b>1.000</b>

**Exercícios**

- 1) Os elementos que ocorrem no dia-a-dia das empresas e que não provocam modificações no Patrimônio são denominados:
  - a) Atos Administrativos.
  - b) Fatos Administrativos.
  - c) Fatos Permutativos.
  - d) Fatos Modificativos.
  
- 2) Os eventos que ocorrem no dia-a-dia das empresas e que provocam modificações no patrimônio são:
  - a) Atos Administrativos.
  - b) Atos Contábeis.
  - c) Fatos Administrativos.
  - d) Fatos Administrativos que não devem ser contabilizados.
  
- 3) Os eventos que provocam modificações entre elementos do Ativo, do Passivo e entre ambos ao mesmo tempo, sem provocar modificações no Patrimônio Líquido, denominam-se:
  - a) Atos Administrativos
  - b) Fatos Permutativos, Qualitativos ou Compensativos.
  - c) Fatos Modificativos.

d) Fatos Mistos.

4) Os eventos que ocorrem no dia-a-dia das empresas e que provocam modificações para mais ou para menos no Patrimônio Líquido são denominados:

- a) Atos Administrativos.
- b) Fatos Permutativos, Qualitativos ou Compensativos.
- c) Fatos Modificativos.
- d) Fatos Mistos.

5) Analise os seguintes eventos ocorridos em uma empresa:

- Pagamento de despesas de energia elétrica
- Compras de Mercadorias à vista.
- Recebimento de R\$ 1.000, referente a receitas de aluguéis.
- Pagamento de uma duplicata com desconto.
- Assinatura de contrato para compra de mercadorias.

Com relação a esses acontecimentos, temos:

- a) 3 Atos Administrativos e 2 Fatos Administrativos
- b) 4 Atos Administrativos e 2 Fatos Administrativos.
- c) 1 Ato Administrativo, 2 Fatos Modificativos e 2 Fatos Mistos.
- d) 1 Ato Administrativo, 1 Fato Permutativo, 1 Fato Misto e 2 Fatos Modificativos.

6) Segundo os fatos abaixo classifique-os em permutativos, modificativos ou mistos.

Compra a vista:

Recebimento de Duplicata:
Depósito em banco:
Compra de Mercadorias a prazo:
Compra de Maquinas a Prazo:
Pagamento de duplicatas a fornecedor:
Pagamento de Empréstimo ao banco:
Recebimento de Juros:
Pagamento de salários:
Juros pagos a bancos:
Contas de água e luz a pagar:
Recebimento de duplicata acrescida de juros:
Recebimento de duplicata com desconto:
Pagamento de duplicata com desconto:
Pagamento de duplicata acrescida de juros:

#### 4. Técnicas Contábeis

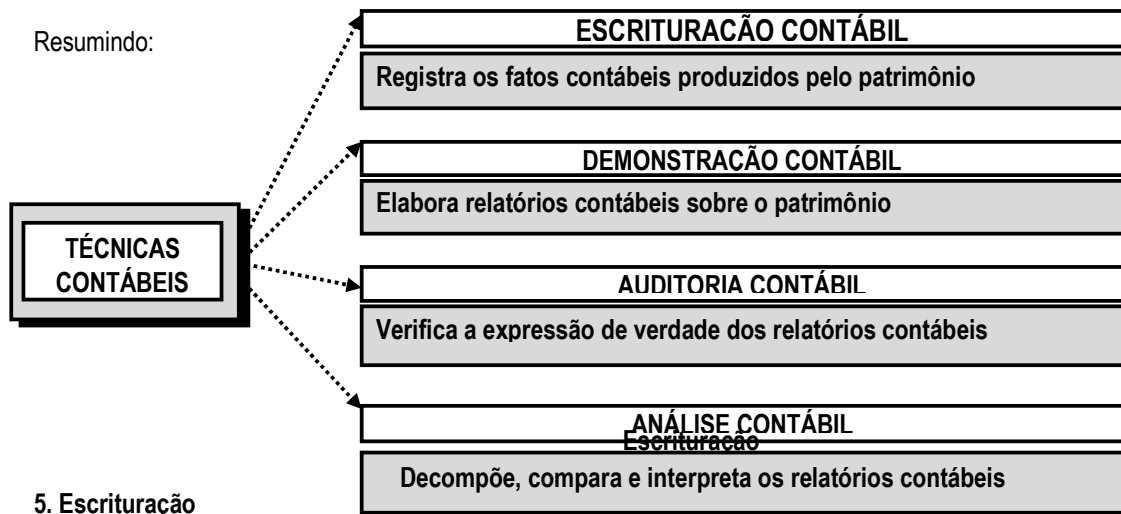
Sabendo-se que a Contabilidade é uma ciência e que a mesma é conceituada e estudada de forma abstrata, constata-se que a sua materialização ou concretização se dá através de suas técnicas, quais sejam:

**Escrituração Contábil**, que é a técnica contábil exercida com a finalidade de efetuar o registro, através do lançamento, dos fenômenos ou fatos que afetam o patrimônio de uma entidade. Saliente-se que estes fenômenos para se constituírem em objeto da escrituração devem ser passíveis de valoração monetária;

**Demonstração Contábil**, também chamada de evidenciação, é a técnica que se encarrega de informar aos usuários da informação contábil a situação do patrimônio e suas mutações. Através de demonstrações e outros relatórios, as pessoas que mantêm relação de interesse com a entidade, são providas com as informações contábeis indispensáveis ao processo decisório;

**Auditoria Contábil**, que constitui-se num conjunto de procedimentos técnicos exercidos com o objetivo de emitir parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis, buscando a confirmação da veracidade das informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e recursos de uma entidade. Esta técnica não se restringe apenas ao aspecto formal das demonstrações, sendo de competência do auditor, o aprofundamento do trabalho de modo a que fique evidenciada a fidedignidade das informações, isto é, se existem e quanto valem, efetivamente, os elementos patrimoniais representados por tais informações;

**Análise Contábil**, é a técnica que permite, através da utilização de instrumentos diversos, a decomposição, a comparação e a interpretação das demonstrações contábeis ou gerenciais e suas extensões, com vistas a avaliar o desempenho e as tendências da entidade, para atender determinado objetivo.



“ Designação simples que se tem dado à escrita contábil. A denominação provém do fato de os registros contábeis, desde os primórdios, e por milênios, serem realizados manualmente, pelos “ escribas” ou os que dominavam a arte de escrever (que durante milênios foi praticada por poucos).

Embora o registro contábil tenha nascido antes da escrita (segundo provas arqueológicas de inscrições do Paleolítico Superior), o privilégio profissional da função contábil (ainda mais refinado que os dos que só sabiam escrever) coube aos “escribas”. Tão importante era a qualidade do trabalho que, no Egito Antigo, um dos Deuses principais (Toth) era escriba e tinha por função guardar o Patrimônio. Os egípcios admitiam que “ o escriba comanda o destino de todo o mundo ”, e ser escriba era “pertencer à maior de toas as profissões ”(WHITE, Jon Manchip. O egito antigo, Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p. 145).

A escriba hieroglífica, egípcia, representativa de uma evolução (que também teve influência nos registros), surge já no período arcaico ou dinástico (2300-2700 a.C), e também a admissão do Deus Escriba Toth.

A escrituração contábil, todavia, já estava evoluída em outros locais, como na Suméria(onde as provas dos registros contábeis atestam evolução há mais de 6.000 anos).

Na era contemporânea, com o aumento cada vez maior da utilização dos computadores, a denominação “ escrita ”, e também “escrituração ” em caindo em desuso.

### Finalidade, classificação.

Distinguimos, na Contabilidade, uma parte teórica e uma prática:

**1ª)** A primeira é de identificação dos princípios e de fixação de normas, de análise e interpretação dos fatos, de estabelecimento de relações de causa e efeito e de previsão para futuros acontecimentos. É a Contabilidade científica, segundo os doutrinadores.

**2ª)** A segunda é a parte prática, de execução do registro dos fenômenos patrimoniais, é a técnica através da qual a contabilidade atinge seu objetivo, que é estudar e controlar o patrimônio, fornecendo informações e orientação sobre o estado patrimonial e suas variações. Esta técnica chama-se escrituração.

**Definição de Escrituração:** É o registro dos fatos contábeis, segundo os princípios e normas técnicas-contábeis, tendo em vista demonstrar a situação econômico-patrimonial da entidade e os resultados econômicos per ela obtidos em um exercício.

Analisando essa função da Escrituração, encontraremos nela dois elementos básicos: o histórico e o de classificação dos componentes patrimoniais e suas variações, expressos em valores monetários.

**Histórico:** compreende o registro dos fatos, na ordem cronológica, o que dá à Contabilidade caráter de verdadeira história do patrimônio.

**Classificação:** é feita de acordo com a natureza de cada um dos fatos registrados, reunindo-os em grupos de fenômenos patrimoniais que, tecnicamente dispostos, exibem a expressão monetária de cada um dos valores do patrimônio, a qualquer momento, e suas variações em determinado período.

O registro de um fato contábil chamamos de lançamento. O conjunto dos lançamentos, como vimos, chamamos de Escrituração. Esse registro poderá ser feito de várias maneiras, de acordo com o método e o processo de escrituração adotados.

### Métodos de escrituração

Método é o modo de proceder, e a maneira de fazer as coisas.  
Método de escrituração é a forma de registrar os fatos contábeis.

Método das partidas dobradas: princípio fundamental e corolários

O método das partidas dobradas é universalmente adotado desde sua brilhante exposição pelo frade Francisco Luca Pacioli, em 1494.

### Princípio fundamental do método das partidas dobradas

Cada débito, invariavelmente, corresponde a um crédito de igual valor.

#### Corolários ( Preposição deduzida de uma verdade estabelecida)

Como corolários do método das partidas dobradas temos, portanto, os seguintes;

- a) a soma dos débitos é sempre igual à soma dos créditos;
- b) a soma dos saldos devedores é sempre igual à soma dos saldos credores;
- c) as aplicações de capital, registradas a débito das contas ativas, são sempre iguais à soma dos capitais fornecidos ao patrimônio, creditados nas contas passivas, donde ser o **ATIVO** sempre igual ao **PASSIVO**.
- d) A diferença entre a soma dos bens e dos direitos (parte positiva do patrimônio) e a soma das obrigações (parte negativa) indica a substância líquida patrimonial, que representa o crédito dos titulares, e se chama patrimônio líquido;
- e) As despesas, sempre debitadas, contribuem para redução do patrimônio líquido;
- f) As receitas, sempre creditadas, contribuem para o aumento do patrimônio líquido;
- g) A demonstração contábil da situação patrimonial ( ativo e passivo), chamada balanço patrimonial, apresenta sempre a forma de equação, em virtude da contraposição de débitos e créditos, inerente a todos os registros contábeis;
- h) A diferença entre as despesas e as receitas (lucro ou prejuízo) complementar a equação patrimonial, e indica aumento ou diminuição do patrimônio líquido.

## LANÇAMENTOS

Vimos que lançamento é o registro de um fato contábil, e esse registro, pelo método das partidas dobradas, é feito em ordem cronológica e obedecendo a determinada disposição técnica. O método das partidas dobradas exige o aparecimento do devedor e do credor, aos quais se seguem o histórico do fato ocorrido e a importância em dinheiro.

Daí os seguintes elementos essenciais do lançamento ( local e data, conta debitada, conta creditada, histórico e valor).

### LANÇAMENTO Nº1 (MODELO)

(Data do registro) Goiânia, 30 de agosto de 2004

(Conta debitada) D MERCADORIAS

(Conta creditada) C FORNECEDORES

(Histórico e Valor) Alberto Azevedo

M/ compra de mercadorias conforme nf. 1.897 R\$ 18.000

### Funções do lançamento

O conjunto de lançamentos denominamos Escrituração. O lançamento é, pois, uma parcela da Escrituração, e, à semelhança desta, apresenta duas funções: história e de classificação dos fatos e sua representação monetária

A função história do lançamento consiste em narrar o fato contábil em ordem cronológica. A Função de classificação e representação monetária compreende o registro sistemático dos fatos, monetariamente representados, e seu agrupamento segundo a natureza de cada uma.

### Formulas de lançamentos

Vimos que o lançamento deve sempre indicar o devedor e o credor, representado pelas contas. O mesmo lançamento pode, entretanto, apresentar mais de uma conta debitada ou mais de uma conta creditada.

1ª fórmula: quando aparece apenas uma conta debitada e uma creditada.

**D MERCADORIAS**

**C FORNECEDORES**

Alberto Azevedo

*M/ compra de mercadorias conforme nf. 1897 R\$ 18.000*

2ª fórmula: quando aparece uma conta debitada e várias creditadas.

**D MERCADORIAS**

Compra de mercadorias a J. Sampaio, nota fiscal nº 978. R\$ 30.000,00

**C CAIXA**

R\$ 12.000,00

M/pagamento a vista

**C DUPLICATAS A PAGAR**

M/ ACEITE PARA 3-4-19..

R\$ 18.000,00

3ª fórmula: quando aparecem várias contas debitadas e apenas uma creditada.

**D MERCADORIAS**

Compras a vista a J. Leite, nota nº 1.987

R\$ 22.500,00

**D DUPLICATAS A PAGAR**

Pagamento de duplicata de J. Sampaio, vendida hoje

R\$ 18.000,00

**C CAIXA**

R\$ 40.500,00

4ª fórmula: quando aparecem várias contas debitadas e creditadas.

**D MERCADORIAS**

Compra do saldo de mercadorias pertencente à

Extinta firma leão & Sousa Ltda.

R\$ 80.000,00

**D MÓVEIS E UTENSÍLIOS**

Compra de Móveis e utensílios conf. Nf 2.000

R\$ 26.000,00

**C CAIXA**

Pagamento a vista

R\$ 50.000,00

**C DUPLICATAS A PAGAR**

M/ aceite de dupl. Para 31-08-19...

R\$ 56.000,00

## 6. Livros de escrituração

São muitos os livros utilizados pelas entidades; a quantidade e a espécie variam em função do porte, da forma jurídica e do ramo de atividade que essas entidades exercem.

### Classificação dos livros de Escrituração

#### Quanto à utilidade

- a) Principais – utilizados para o registro de todos os eventos do dia-a-dia da entidade, como ocorre com os Livros Diário e Razão.
- b) Auxiliares – utilizados para o registro de eventos específicos, como os livros Caixa, Contas correntes, Registro de Duplicatas, além de todos os livros fiscais (são os exigidos pelo fisco Federal, Estadual ou Municipal) que podem servir de suporte para a escrituração do Diário.

Os mais comuns são:

1. Registro de Entradas
2. Registro de Saídas
3. Registro de Controle de Produção e de Estoque
4. Registro de Selo especial de Controle
5. Registro de Impressão de Documentos Fiscais
6. Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências

7. Registro de Inventário
8. Registro de Apuração de IPI
9. Registro de Apuração do ICMS
10. Livro de Apuração do Lucro Real LALUR

### Quanto à Natureza

- a) **Cronológicos** - Aqueles em que os registros são efetuados obedecendo à rigorosa ordem cronológica de dia, mês e ano. Há livros cuja escrituração obedece a uma ordem cronológica rigorosa, como livro Diário; outros obedecem a uma ordem cronológica secundária, como todos os demais livros que, embora sistemáticos, tem seus eventos registrados por ordem de data.
- b) **Sistemáticos** - Livros destinados ao registro de eventos da mesma natureza como todos os livros de escrituração, com exceção do livro Diário.

### Quanto à Finalidade

- a) **Obrigatórios** – Exigidos pela legislação comercial, tributária e societária.
- b) **Facultativos** – Livros que as entidades utilizam sem que haja exigência legal.

### Formalidades do Livro Diário

A adoção do livro Diário – o mais importante sob o ponto de vista legal – requer a observância de formalidades contidas no Código Comercial Brasileiro ( Lei nº 556 de 1850), considerando-se ainda as exigências contidas na legislação tributária atual ( Regulamento do Imposto de Renda).

**Formalidades extrínsecas ( ou externas )** : O livro Diário deve ser encadernado com folhas numeradas em seqüência, tipograficamente. Deve conter os termos de abertura e de encerramento e ser submetido à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.

**Formalidades intrínsecas ( ou internas )** : a escrituração do diário deve ser completa, em idioma e moedas nacionais, em forma mercantil, com individualização e clareza, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco nem entrelinha, borraduras, rasuras, emendas e transportes para as margens.

#### Trabalho

Trabalho em grupo ( 2 pessoas );

Elaboração de trabalho destacando os Livros de escrituração:

- Principais
- Auxiliares
- Obrigatórios
- Facultativos

A pesquisa deveser direcionada em no mínimo dois autores.

### 7. Operações com Mercadorias

#### Resultado Bruto com Mercadorias (RCM)

Resultado Bruto com Mercadorias, ou Resultado com Mercadorias é a diferença total entre as Receitas Obtidas pelas Vendas e o Custo dessas mercadorias que foram vendidas. Essa diferença bruta não leva em consideração as demais Receitas e Despesas da empresa, como Receitas de Juros, Despesas com Aluguéis, Salários, Impostos etc. Elas aparecem quando se deseja conhecer o Resultado Líquido do Exercício.

O conhecimento desse Resultado bruto é de grande importância para as empresas comerciais que trabalham com Compra e Venda de Mercadorias; depois de apurado, adicionamos a ele as demais Receitas, e dessa soma serão subtraídas as demais Despesas para se obter o Resultado Líquido.

<b>Resultado Com Mercadorias = Vendas – Custo das Mercadorias Vendidas</b>
--

<b>Resultado Líquido do Período = Resultado com Mercadorias + Outras Receitas – Outras Despesas</b>
---

#### Formulas:

$$\text{RCM} = \text{V} - \text{CMV}$$

- **RCM = Resultado da Conta Mercadorias**
- **V = Vendas**
- **CMV = Custo das Mercadorias Vendidas**

$$\text{RCM} = (\text{V} - \text{VA} - \text{DIC} - \text{ICMS} - \text{ISS} - \text{PIS} - \text{Cofins}) - \text{CMV}$$

**VA = Vendas Anuladas**

**DIC = Descontos Incondicionais Concedidos**

### **Custos das Mercadorias Vendidas (CMV)**

Para se calcular o Custo das Mercadorias existem basicamente dois sistemas:

**1º) Inventário Periódico** – quando efetuamos as vendas sem um controle paralelo e concomitante de nosso Estoque e, portanto, sem controlar o Custo das Mercadorias Vendidas. Quando necessitamos apurar o Resultado obtido com a venda das Mercadorias (RCM), fazemos um levantamento físico para avaliação do Estoque de Mercadorias existente naquela data; e pela diferença entre o total das Mercadorias Disponíveis para Venda durante o período e esse Estoque Final (apurado extracontabilmente), obtemos o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) nesse período.

**2º) Inventário Permanente** – quando controlamos de forma contínua o Estoque de Mercadorias, dando-lhe baixa, em cada venda, pelo custo dessas Mercadorias Vendidas (CMV). Esse Controle Permanente é efetuado sobre todas as Mercadorias que estiverem à disposição para venda, isto é, esse controle é efetuado sobre as Mercadorias Vendidas (CVM) e sobre as Mercadorias que não foram vendidas (Estoque Final). Pela Soma dos Custos de todas as Vendas, teremos o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) total do período.

No inventário Permanente, que será exposto a seguir, pode-se utilizar uma ficha de Controle para se conhecer o saldo em Estoque. Mas no Período só é possível obter tal saldo a averiguação das existências físicas.

### **Contabilização**

Nesse sistema, temos, preferencialmente, que registrar todas as compras diretamente de conta de Mercadorias.

Contabilização na Compra:

**Mercadorias**

a **Fornecedores** (ou **Caixa**)

Na Venda, porém, há necessidade de dois lançamentos:

**Clientes** (ou **Caixa**)

a **Venda** (pelo valor do custo das mercadorias vendidas)

e

**Custo das Mercadorias Vendidas** (conta de Despesa)

a **Mercadorias** (pelo valor do custo das mercadorias vendidas)

Dessa forma, após cada operação de Venda e sua contabilização, teremos a conta de Vendas atualizada, a de CMV com o total do custo acumulado até a data e a de Mercadorias refletindo o valor exato do estoque.

Exemplo: se uma empresa possui estoque de Mercadorias no valor de :R\$ 15.000, e vende a metade dele por R\$ 10.000, a prazo, temos:

a) **Clientes**

a **Vendas**..... 10.000

b) **Custo das Mercadorias Vendidas**

a **Mercadorias**..... 7.500

<table style="margin: auto; border-collapse: collapse;"> <tr><th colspan="2" style="border-top: 1px solid black; border-bottom: 1px solid black;">Mercadorias</th></tr> <tr><td style="border-right: 1px solid black; text-align: center;">15.000</td><td style="text-align: center;">7500</td></tr> <tr><td style="border-right: 1px solid black; text-align: center;">7.500</td><td></td></tr> </table> <p style="text-align: right;">(b)</p>	Mercadorias		15.000	7500	7.500		<table style="margin: auto; border-collapse: collapse;"> <tr><th colspan="2" style="border-top: 1px solid black; border-bottom: 1px solid black;">Vendas</th></tr> <tr><td style="border-right: 1px solid black;"></td><td style="text-align: center;">10.000</td></tr> </table> <p style="text-align: right;">(a)</p>	Vendas			10.000
Mercadorias											
15.000	7500										
7.500											
Vendas											
	10.000										
<table style="margin: auto; border-collapse: collapse;"> <tr><th colspan="2" style="border-top: 1px solid black; border-bottom: 1px solid black;">CMV</th></tr> <tr><td style="border-right: 1px solid black; text-align: center;">7.500</td><td></td></tr> </table> <p style="text-align: right;">(b)</p>	CMV		7.500		<table style="margin: auto; border-collapse: collapse;"> <tr><th colspan="2" style="border-top: 1px solid black; border-bottom: 1px solid black;">Clientes</th></tr> <tr><td style="border-right: 1px solid black; text-align: center;">10.000</td><td></td></tr> </table> <p style="text-align: right;">(a)</p>	Clientes		10.000			
CMV											
7.500											
Clientes											
10.000											

Quando não é efetuado o controle contínuo do Estoque de Mercadorias e, tão pouco, do CMV, para a determinação deste último é necessário fazer a dedução:

CMV = Total das Mercadorias Disponíveis para Venda – Estoque Final.

#### Formulas:

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF}$$

$$\text{CMV} = \text{EI} + (\text{C} + \text{FC} - \text{CA} - \text{DIO}) - \text{EF}$$

- CMV = Custo das Mercadorias Vendidas
- EI = Estoque Inicial
- C = Compras
- FC = Fretes e Seguros sobre Compras
- CA = Compras Anuladas
- DIO = Descontos Incondicionais Obtidos
- EF = Estoque Final

#### Outras informações importantes

##### Descontos Comerciais x Descontos Financeiros

**a) Descontos Comerciais** – ocorrem no momento da compra (obtidos) ou da venda (concedidos) e são destacados na própria Nota Fiscal. São também denominados **Descontos Incondicionais**. A intitulação mais adequada para seus registros é Descontos Incondicionais Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor) ou Descontos Incondicionais Concedidos (quando a empresa concede ao cliente).

**b) Descontos Financeiros** - ocorrem no momento da liquidação de uma dívida ou do recebimento de um direito, fato posterior ao da compra ou da venda. A intitulação mais adequada para esses descontos é Descontos Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor no momento da liquidação de uma obrigação) ou Descontos Concedidos (quando a empresa oferece ao cliente no momento da quitação de um direito).

Note que a palavra “incondicional” é utilizada para indicar que não foi imposta ao cliente nenhuma condição para que tivesse direito ao referido desconto, que é um ato de espontânea vontade do fornecedor. O desconto financeiro, obtido ou concedido no momento da quitação de uma duplicata, só ocorre mediante condição imposta ao devedor; normalmente, quitação antes do vencimento.

Você poderá deparar com as seguintes contas: Descontos Incondicionais Obtidos, Descontos Incondicionais Concedidos, Descontos Obtidos e Descontos Concedidos.

Saiba que:

- A conta Descontos Incondicionais Obtidos é redutora do Custo das Mercadorias Adquiridas, integrando a fórmula do CMV.
- A conta Descontos Incondicionais Concedidos é redutora da Receita Bruta de Vendas e integra a fórmula do RCM.
- A conta Descontos Obtidos é conta de Receita Operacional, no grupo das Receitas Financeiras.
- A conta Descontos Concedidos é conta de despesa Operacional e integra o grupo das Despesas Financeiras.

1. Se tivermos um Estoque Inicial, em 01/01/2004, composto de 50 unidades de carros novos (iguais), adquiridos por R\$ 45.000,00 cada um, num total R\$ 2.250,00 e no mês ocorreu as seguintes movimentações:

Data	Fato Contábil
02/01/2004	Compra de 15 unidades por R\$ 43.000,00 cada uma.
03/01/2004	Venda de 6 unidades por R\$ 55.000,00 cada.
04/01/2004	Venda de 44 unidades por R\$ 52.000,00 cada.
05/01/2004	Compra de 12 unidades por R\$ 41.000,00 cada.
06/01/2004	Venda de 15 unidades por R\$ 50.000,00

PEPS									
FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE									
Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total
<b>Soma</b>									

UEPS									
FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE									
Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total
<b>Soma</b>									

CUSTO MEDIO									
FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE									
Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total
<b>Soma</b>									



CUSTO MÉDIO									
FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE									
Data	Entrada			Saída			Saldo		
	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total	Qtde	Vlr Unitário	Vlr. Total
<b>Soma</b>									

Pede-se:

1. Calcular os Custos das mercadorias vendidas segundo sistema de Inventário Permanente ( PEPS, UEPS e Custo Médio)
2. De acordo com o que foi apurado qual o valor do CMV segundo:  
 PEPS.....:  
 UEPS.....:  
 CUSTO MÉDIO.....:
3. Calcular o RCM ( Lubro Bruto) tomando como base o Custo Médio.

## 8. Conceitos de Depreciação

A palavra *depreciação* é de uso muito freqüente, tanto na linguagem popular como na linguagem tecnológica, econômica e contábil. Em sentido vulgar, está quase sempre ligada à idéia de valor, porém esse valor, em geral, nunca é bem definido. Na acepção tecnológica, a palavra é aplicada no sentido de perda de eficiência funcional dos bens, como máquinas, instalações, veículos, etc. Para a economia, a depreciação está intimamente relacionada com a idéia de diferença entre valores. Tais valores podem ser objetivos (valores de mercado) ou subjetivos (valores atribuídos pelos proprietários a seus próprios bens).

Para a Contabilidade, a depreciação é um custo amortizado. A depreciação de um período é o custo amortizado nesse período durante a vida útil do bem. Como já vimos, na Contabilidade a depreciação é a transformação do custo de aquisição, representado pela saída (ou promessa de saída – se ainda não pago) de Caixa não recuperável pelo valor residual de venda.

Depreciar consiste em considerar, como despesa ou custo do período, uma parte do valor gasto na compra dos bens de uso da empresa. Quando a empresa adquire um bem de duração não superior a um ano o valor gasto na compra desses bens não estará sujeito à depreciação, devendo ser contabilizado diretamente como despesa operacional. Os bens de consumo duráveis que serão utilizados pela empresa para desenvolver suas atividades normais por vários anos serão depreciados ao longo do tempo de vida útil para que o valor gasto na sua aquisição seja distribuído proporcionalmente para compor o custo ou o valor das despesas de exercícios durante os quais este bem foi utilizado.

A legislação tributária, constante do Regulamento do Imposto de Renda, disciplina esse assunto determinando as contas sujeitas à depreciação e fixando prazos, métodos, taxas, critérios etc. Portanto.

**Causas:** Desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência.

**A obsolescência:** se dá em função dos novos investimentos. Um bem obsoleto é um bem antiquado, ultrapassado, fora de moda.

A depreciação alcança apenas os bens materiais classificados no Ativo Imobilizado e os bens de renda classificados no grupo de Investimentos do Ativo Permanente (Ex: Imóvel alugado).

**Taxa de Depreciação:** Corresponde a um percentual fixado em função do tempo de vida útil do bem, que varia de acordo com o método de depreciação adotado.

CONTAS	PRAZOS ADMITIDOS	TAXAS
Computadores e Periféricos	5 anos	20% a.a.
Edifícios e Benfeitorias	25 anos	4% a.a.
Motociclos	4 anos	25% a.a.
Móveis e Utensílios e Instalações	10 anos	10% a.a.
Veículos	5 anos	20% a.a.

**Momento da depreciação:** a depreciação pode ser calculada mensalmente ou no final do ano, por ocasião da apuração do Resultado do Exercício.

**Calculo:** para se calcular o valor da quota de depreciação, basta aplicar a taxa sobre o valor do bem a ser depreciado.

### Exemplo:

Calcular o valor da quota de depreciação da conta Veículos, que tem saldo de R\$ 50.000, pela taxa de 20% a.a.

### Solução:

$$20\% \text{ de R\$ } 50.000 = 10.000$$

### Contabilização

**Depreciação** ( Conta de Despesa ou de Custo do período)  
a **Depreciação Acumulada** ( Conta retificadora do Ativo)

**Tempo de vida útil** é o prazo durante o qual se pode esperar utilização econômica do bem, na produção dos seus rendimentos.

**Quota de depreciação** é o valor obtido pela aplicação da taxa sobre o valor do bem ou:

**Quota de depreciação** =  $\frac{\text{Custo} - \text{Valor residual (eventual)}}{\text{N}^\circ \text{ de períodos de vida útil estimada (em anos ou meses)}}$   
Periódica (anual ou mensal)

**Métodos de depreciação:** existem vários, como Linear, Soma dos dígitos dos anos, Horas de trabalho etc.

**Método Linear ou em Linha reta** é o mais usado no Brasil e consiste em fixar constantes de depreciação ao longo do tempo de vida útil do bem. Se o bem a ser depreciado tiver como tempo de vida útil 5 anos, a taxa constante de depreciação será de 20% a.a.; ao final de 5 anos, a 20% ao ano, o bem terá sido totalmente depreciado.

A depreciação pode ser normal ou acelerada:

- a) **é normal** quando o bem for utilizado em apenas um turno de 8 horas diárias, sendo calculada com base na taxa normal usual;
- b) **é acelerada** quando o bem for utilizado em empresa por mais de um turno de 8 horas diárias, nesse caso, a taxa normal será multiplicada pelo coeficiente 1,5 ou 2,0, se o bem for utilizado em 2 ou 3 turnos, respectivamente.

Quando a Depreciação Acumulada atingir 100% do valor do bem, e estando o referido bem ainda em uso da empresa, não haverá mais cálculo nem contabilização de depreciação desse bem, permanecendo na contabilidade o bem pelo valor original e a conta Depreciação Acumulada por valor idêntico, até que o bem seja baixado.

A contabilização da baixa do bem do Ativo Permanente é feita debitando-se a conta Depreciação Acumulada e creditando-se a conta que registrava o respectivo bem.

**Bens adquiridos usados:** a taxa anual de depreciação de bens adquiridos será fixada tendo em vista o maior dos seguintes prazos:

- a) metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo;
- b) restante da vida útil, considerada a época em relação à primeira instalação para utilização do bem.

## 9. Amortização

É um processo semelhante à depreciação realizado no final de cada período (normalmente no final de cada mês ou por ocasião do levantamento do Balanço), como o fim de considerar como custo, despesa ou encargo do período parte do valor gasto com bens, direitos ou despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício. Esses gastos, considerados Bens imateriais, são contabilizados em contas do Ativo Imobilizado ou do Ativo Diferido.

A legislação tributária, através do Regulamento do Imposto de Renda, disciplina o assunto, determinando as contas sujeitas à amortização e fixando taxas, prazos, critérios etc.

**Quota de amortização:** a quota de amortização será determinada pela aplicação da taxa anual de amortização sobre o valor original do capital aplicado ou sobre as despesas registradas do ativo diferido corrigido monetariamente.

**Taxa anual de amortização:** a taxa anual de amortização será fixada tendo em vista:

- a) o número de anos restantes de existência do direito;
- b) o número de períodos em que deverão ser usufruídos os benefícios decorrentes das despesas registradas no Ativo Diferido.

**Prazos mínimos e máximo:**

- a) O regulamento do Imposto de Renda fixa em cinco anos o prazo mínimo de amortização para a maioria das contas amortizáveis;
- b) A lei nº 6.404, através do parágrafo terceiro do artigo 183, estabelece que os recursos aplicados no Ativo Diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a dez anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes.

**Contabilização:**

**Amortização** (conta de despesa operacional)

a **Amortização Acumulada** (conta retificadora do Ativo Permanente).

## 10. Exaustão

É um processo semelhante à depreciação e à amortização, porém aplicado sobre as contas que registram recursos naturais (minerais ou vegetais).

A legislação Tributária, através do Regulamento do Imposto de Renda, disciplina o assunto, determinando as contas sujeitas à exaustão e fixando prazos, taxas, critérios etc.

### Contabilização

**Exaustão** (conta de despesa operacional)

a **Exaustão Acumulada** (conta retificadora do Ativo Permanente).

### Outras Informações Importantes

**Valor Contábil** do elemento patrimonial (Bem, Direito, Obrigação ou Patrimônio Líquido) ou de resultado (Despesa ou Receita) é o valor pelo qual o respectivo elemento está registrado na Contabilidade.

O valor contábil das contas sujeitas à depreciação, amortização ou exaustão corresponde ao valor original deduzido dos encargos com depreciação, amortização ou exaustão acumuladas.

**Valor Residual** é a diferença entre o valor original do bem e o valor a ser depreciado, nos casos em que o tempo da vida útil do bem seja superior ao prazo em que ele será utilizado em uma determinada atividade, sendo posteriormente reaproveitado em outra atividade.

### Exercícios

- As contas Computadores e Periféricos, Jazidas de Carvão e Despesas de Organização estão sujeitas, respectivamente, a:
  - Depreciação, Amortização e Exaustão.
  - Depreciação, Exaustão e Amortização.
  - Exaustão, Depreciação e Amortização.
  - Amortização, Depreciação e Exaustão.
- Quota de depreciação é o:
  - Percentual que deve ser aplicado sobre o valor do bem.
  - Valor obtido pela aplicação da taxa sobre o valor do bem.
  - Saldo da conta Depreciação Acumulada.
  - Valor do bem diminuído da depreciação.
- A taxa de depreciação de bens adquiridos usados será fixada tendo em vista;
  - O maior dos seguintes prazos: metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo ou o restante da vida útil considerada a data da primeira instalação para utilização do bem.
  - A metade do tempo de vida útil.
  - O valor do bem novo ou a metade do valor pago na aquisição.
  - NDA.
- Examine as informações abaixo:  
 Uma empresa possui os seguintes elementos patrimoniais classificados no seu Ativo Permanente Imobilizado: Terrenos, R\$ 150.000; Móveis e utensílios, R\$ 45.000; Máquinas, R\$ 78.000, Edifícios, R\$ 236.000.  
 Informações Adicionais:  
 A taxa de depreciação é anual e não se deve considerar a correção monetária.  
 Supondo uma depreciação para todos os bens acima especificados a uma taxa única de 10%, e que eles ingressaram no patrimônio em 02/01/x1, os saldos a serem registrados nas contas de Despesa com Depreciação e Depreciação Acumulada em 31/12/x1 eram, respectivamente:
  - R\$ 27.300 e R\$ 35.900
  - R\$ 35.900 e R\$ 35.900
  - R\$ 35.900 e R\$ 50.900
  - R\$ 50.900 e R\$ 35.900
  - R\$ 50.900 e R\$ 50.900

5. De acordo com os dados abaixo calcule a quota de depreciação:

	Descrição	Custo do Bem	Vida Útil	Valor Residual	Quota de Depreciação
a)	Móveis e utensílios	R\$ 20.000,00	10 anos	R\$ 2.000,00	
b)	Computadores e Periféricos	R\$ 60.000,00	5 anos	R\$ 10.000,00	
b)	Maquinas	R\$ 100.000,00	10 anos	R\$ 15.000,00	
c)	Edifícios	R\$ 500.000,00	25 anos	R\$ 100.000,00	
d)	Veículos	R\$ 80.000,00	5 anos	R\$ 10.000,00	

6. De acordo com os dados abaixo contabilize de acordo com o razão a depreciação dos bens abaixo relacionados.

	Descrição	Custo do Bem	Taxa de Depreciação
a)	Móveis e utensílios	R\$ 20.000,00	10%
b)	Computadores e Periféricos	R\$ 60.000,00	20%
b)	Maquinas	R\$ 100.000,00	10%
c)	Edifícios	R\$ 500.000,00	4%
d)	Veículos	R\$ 80.000,00	20%

## 10. Relatórios Contábeis

Relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela Contabilidade. Ele objetiva relatar às pessoas que utilizam a contabilidade, os principais fatos registrados em um determinado período. Os relatórios contábeis também são conhecidos como Informes Contábeis.

A lei nº 6.404, de 15.12.76, que regulamenta as sociedades por ações, introduziu o uso da terminologia “Demonstrações Financeiras” para designar o conjunto de relatórios contábeis ou “Demonstrações Contábeis”.

Neste Trabalho iremos adotar o uso da expressão “Demonstrações Contábeis” ao invés de “Demonstrações Financeiras”, por entendermos que no conjunto de demonstrações apresentadas por uma empresa, existem demonstrativos, que não são financeiros, como é o caso da Demonstração do Resultado do Exercício.

A Lei das Sociedades Anônimas estabelece que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil, as seguintes Demonstrações:

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração das Mutações de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Além dessas quatro demonstrações, existe a complementação obrigatória por meio de **NOTAS EXPLICATIVAS** e, se for o caso, de outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o estabelecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Estão obrigadas a elaborar e publicar as demonstrações acima, todas as sociedades por ações de capital aberto ( que possuem suas ações negociadas em bolsa), assim como as Companhias ( de capital fechado), cujo patrimônio líquido, na data do balanço seja superior a R\$ 1.000.000,00. Quando estas Companhias fechadas têm patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00, não há obrigatoriedade de se fazer e publicar a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.

A demais sociedades, não anônimas, não obrigadas à publicação das Demonstrações Contábeis, (Financeiras segundo a Lei 6.404/76); elaboram essas mesmas demonstrações, exceto a de Origens e Aplicação de Recursos que passa a não ser obrigatória, mesmo no caso de limitadas com patrimônio líquido superior a R\$ 1.000.000,00.

Essas demonstrações devem conter valores respectivos do exercício e do ano anterior, apresentados em duas colunas; podendo ser publicadas com a eliminação de dígitos, principalmente se os números forem grandes,

bastando para isto inserirmos no cabeçalho das Demonstrações a expressão em R\$ milhares ( ou em R\$ mil) se eliminarmos três dígitos e em R\$ milhos se eliminamos seis dígitos

Passamos a partir de agora focar cada uma das demonstrações contábeis, nos aspectos mais relevante, para a sua estruturação.

### Balanco Patrimonial

O balanço Patrimonial é um relatório integrante do Conjunto de Demonstrações Contábeis”, e tem por finalidade avaliar, na data do encerramento do exercício ou de um período regular a situação financeira e patrimonial da empresa.

“ É a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da Entidade” (Resolução 686/90)

È constituído e apresentado em duas colunas: a Coluna do Lado Direito é Denominada de passivo e patrimônio líquido. A coluna do lado esquerdo é denominada ativo. A razão de se atribuir o lado esquerdo para o ativo e lado direito para o passivo e patrimônio líquido é uma mera convenção.

**O ATIVO** é constituído de todos os bens e direitos de propriedade da empresa, avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes e expectativas de benefícios futuros para a empresa.

**Bens:** Máquinas, terrenos, estoques, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações, etc.

**Direitos:** Contas a Receber, Duplicatas a Receber, Títulos a Receber, Ações, Depósitos em conta Bancária. Títulos de Créditos, etc...

O **PASSIVO** evidencia toda obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros: Contas a Pagar, Fornecedores de matéria-prima (a prazo), Impostos a Pagar, Financiamentos, Empréstimos, etc... O passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer será exigida (reclamada) a sua liquidação. Por isso, é mais apropriado denomina-lo de passível exigível.

O **PATRIMONIO LÍQUIDO** contabilmente, o capital permanente e acumulado de seus proprietários, ou , simplesmente, o capital próprio.

No Brasil, segundo a lei 6.404 e Resolução 686/90, o balanço patrimonial se apresenta com as seguintes divisões:

<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>Exigível a Longo Prazo</b>
<b>Permanente</b>	<b>Resultado Exerc. Futuros</b>
<b>Investimentos</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>Capital Social</b>
<b>Diferido</b>	<b>Reservas de Capital</b>
	<b>Reservas de Reavaliação</b>
	<b>Reservas de Lucros</b>
	<b>Lucros ( ou Prejuizos )</b>
	<b>Acumulados</b>

## Grupos de Contas do Balanço Patrimonial

### Grupos de Contas do Ativo

O ativo está disposto em grupos de contas homogêneas ou de mesmas características. Os itens do ativo são agrupados de acordo com sua liquidez, isto é, em ordem decrescente de velocidade de conversão em caixa (dinheiro).

#### Ativo Circulante

De forma geral, a Lei 6.404/76, define as características dos elementos que devem compor o ativo circulante. São as seguintes:

Valores disponíveis para utilização imediata ou conversíveis em moeda corrente a qualquer tempo, normalmente são reunidos, sob o título de “disponibilidade”.

Direitos conversíveis em valores disponíveis durante o curso do exercício seguinte àquele do balanço ou durante o ciclo operacional da empresa. Se este exceder a um ano: correspondem a “Direitos Realizáveis a Curto Prazo”.

Valores relativos a despesas já pagas que beneficiarão o exercício seguinte àquele da data do balanço; são denominados “Aplicações de Recursos em Despesas”.

Em contabilidade entendemos que “realizáveis” tem o sentido de “converter”, “mudar”, “transformar” e não só ser recebido em dinheiro. Desta forma os créditos podem ser realizados pela baixa, quando for considerados incobráveis, os estoques se realizam pela venda, pela transformação em produtos acabados. As despesas do exercício se realizam mediante transformação em despesa do exercício; os imobilizados realizam-se por depreciações, pro vendas ou por baixas devidas a desapropriações, a acidentes que o inutilizam. As disponibilidades somente podem ser representadas pelo saldos bancários livres e aplicações para resgate imediato.

As aplicações financeiras podem ser em letras de câmbio, certificados de depósitos bancários, recebidos de depósitos bancários, debêntures, commodities, fundos e outras. Devem figurar no balanço pelo valor original de aplicação acrescida dos rendimentos proporcionalmente decorridos até a data do balanço.

Os direitos a receber de clientes assim como outros créditos também devem ser devidamente provisionados pelas possíveis perdas com o não-recebimento, e ajustadas pelos valores já descontados junto a instituições financeiras.

Os estoques devem figurar pelo custo histórico de aquisição ou de fabricação, normalmente com a utilização do Preço Médio Ponderado ou PEPS (FIFO); por haver impedimento de ordem fiscal para o emprego do método UEPS (LIFO). Em qualquer dos critérios acima, o valor do estoque deve ser confrontado com os preços de mercado, e para efeito de apuração do resultado. Deve-se considerar o que for menor (custo ou mercado).

### ALGUNS SINONIMOS E INTERPRETAÇÕES

Segundo retrata o Prof. Dr. Jose Carlos Marion, em sua obra “Contabilidade Empresarial”. Na literatura contábil poderão ser encontrados os seguinte sinônimos para Ativo Circulante:

**Capital de Trabalho:** é co o AC que o administrador trabalha para produzir riquezas, atendendo o objetivo social da empresa.

**Capital de Giro:** é o AC que o administrador movimenta, procurando girar mais rapidamente possível com o objetivo de melhorar a rentabilidade.

**Ativo Corrente:** é o AC que corre, gira e trabalha no sentido de trazer benefícios à Empresa.

**Capital Circulante:** é o AC que assume dentro de um ciclo, diversas formas iniciando-se com dinheiro, transformando-se em mercadorias, posteriormente em dinheiro”.

**Debêntures – Títulos de conta que designa os registros dos valores dos títulos de dívida emitidos pelas sociedades por Ações. É uma conta do passivo exigível, podendo ser a Curto ou Longo Prado, segundo o tempo no qual vão sendo vencidos os títulos para efeito de resgate.**

## Ativo Realizável a Longo Prazo

Segundo o Art. 179 da Lei 604:

“ II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (art. 243), diretores, acionistas participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;”

Em vista disso, o ativo realizável a longo prazo, assume características excepcionais, Compreende, teoricamente, as mesmas contas do ativo circulante (exceto as disponibilidades), cujo prazo de realização seja superior a um ano ou ao ciclo operacional, se este for superior a um ano. Os valores realizáveis a longo prazo devem figurar no balanço pelos valores corrigidos, se for o caso, e devem ser reclassificados para o ativo circulante no balanço imediatamente anterior àquele em que se realizarão. Os créditos junto a empresas controladas, coligadas, ou a administradores e sócios, originários de atividades não normais (empréstimos, adiantamentos, etc) devem figurar como realizáveis a longo prazo, mesmo que vencíveis a curto prazo, porque sendo crédito junto a empresas ou pessoas ligadas, nada garante que a empresa credora irá envidar esforços no sentido de recebe-los como faria se fosse contra terceiros.

Os imóveis destinados à renda em atividade que não seja de construção, loteamento, incorporação ou imobiliária, em principio, devem ser relatados no ativo realizável a longo prazo, pelas razões seguintes:

não ser objeto da atividade da empresa a compra e venda de bens imóveis.

A incerteza da negociação dos imóveis a um prazo inferior ou superior a uma ano.

### 3.1.3. Permanente

São os bens e direitos não destinados à transformação direta em meios de pagamento e cuja perspectiva de permanência na entidade ultrapasse um exercício. São constituídos pelos seguintes subgrupos:

#### Investimentos

São as participações em sociedades, além dos bens e direitos que não se destinem à manutenção das atividades-fins da entidade.

#### Imobilizado

São os bens e direitos, tangíveis e intangíveis, utilizados na consecução das atividades-fins da entidade.

#### Diferido

São as aplicações de recursos em despesas, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.”

#### Permanente e suas Variações

Além, evidentemente, das operações de compra, venda e baixa dos itens do ativo permanente, seus valores poderão variar em virtude de:

**Correção Monetária:** embora a correção monetária das demonstrações contábeis tenha sido revogada, inclusive para fins societários, a partir de 01/01/1996, por fôca do artigo 4º da Lei 9.249, este assunto ainda merece ser visto nos cursos de análise de relatórios contábeis, uma vez que os balanços gerados até 31/12/95, ainda registram os efeitos da correção.

Os itens do permanente, que normalmente sobiam de preços eram atualizados com base nos índices de desvalorização da moeda nacional, reconhecidos pelas autoridades federais.

Eram corrigidas monetariamente, também, as parcelas subtrativas do permanente, tal como Depreciação Acumulada, Amortização Acumulada e Exaustão Acumulada.

A correção monetária do ativo permanente em conjunto com a correção monetária do patrimônio líquido, serviam de base para apurar se a empresa tinha ganho ou perda com a inflação, cujo resultado era acrescido ( se houvesse ganho ) ou seria subtraído ( se houvesse perda ) do lucro do exercício.

Reavaliação: é uma nova avaliação, a qualquer época, atribuindo um novo valor para itens do permanente, que mesmo incidindo a correção monetária anual, apresentam valores abaixo do mercado.

### **O Permanente e suas Deduções**

Investimentos: Neste item encontramos como subtrações as “provisões para perdas” como o objeto de cobrir as perdas prováveis na realização do seu valor, quando (estas perdas) forem comprovadas como permanentes.

Imobilizado: Por terem como uma de suas características, a “permanência” na empresa, com o passar do tempo vão sofrendo perda do valor por causa do tempo, do obsolescimento, do uso, da legislação, do consumo, etc., são periodicamente baixadas. Conforme a que bens se refiram, essas baixas recebem nomes diferentes: depreciações, amortizações ou exaustões, mas significam uma só coisa. Representam partes do valor de aquisição consideradas consumidas e que, portanto, se transformam em custos ou despesas. Deve-se entender que o reconhecimento de perda de parte destes bens. Por isso são considerados na apuração do resultado.

Quando se tratar de bens tangíveis, como veículos, máquinas, equipamentos, etc, a perda de sua capacidade funcional deve ser acumulada de forma aproximada como depreciações, numa conta “Depreciação Acumulada”.

Se se tratar de bens intangíveis como: marcas, patentes, direitos autorais, benfeitorias em propriedades de terceiros, etc., denomina-se a perda do valor como Amortização, sendo contabilizada uma conta denominada “Amortização Acumulada”.

Quando estes bens do permanente foram constituídos de recursos naturais como jazidas, reflorestamento, poço de petróleo... etc., denominaremos a sua diminuição de “Exaustão Acumulada”.

Diferido: De uma maneira geral, a redução dos itens classificados neste sub-grupo, em virtude de sua distribuição proporcional aos exercícios sociais ( no mínimo 5 e no máximo 10 anos ) é denominada “Amortização Acumulada”.

### **Grupos de Contas do Passivo**

Todas as obrigações da empresa estão apresentadas no Passivo Exigível, conforme já nos referimos anteriormente.

Estas obrigações serão classificadas no balanço em dois grupos distintos: “Passivo Circulante” e “Passivo Exigível a Longo Prazo”.

É oportuno salientar que a Lei 6.404/76, oriente no sentido de que o Passivo Exigível seja estruturado no balanço em ordem decrescente de exigibilidade ou seja, as contas que serão liquidadas mais rapidamente, num primeiro grupo, e as demais em outros grupos. Existem uma certa analogia com o ativo em termos de liquidez decrescente, só que, naquele caso (ativo) aparecerão em primeiro lugar as contas que se converterão em caixa (dinheiro) e, por outro lado, no passivo, serão destacadas, prioritariamente, as contas que deverão ser pagas mais rapidamente.

#### **Passivo Circulante**

O Passivo Circulante é representado pelas obrigações da empresa, cuja liquidação se espera que ocorra dentro do exercício social seguinte: ou de acordo com o ciclo operacional da empresa, se este for superior a esse prazo.

Podemos entender por ciclo operacional, para efeito de classificação do Passivo Circulante ou Exigível a Longo Prazo, o período de tempo que vai desde a aquisição das matérias-primas (indústrias) e mercadorias (empresa comercial), até o recebimento do valor das vendas. Todavia, a grande maioria das empresas tem adotado como exercício o período de um ano, já que o ciclo operacional delas é normalmente menor que esse prazo.

Estas obrigações podem representar valores fixos ou variáveis, vencidos ou a vencer, em uma data ou em diversas datas futuras, no entanto deverão ser pagas dentro de um ano ou do ciclo operacional. As contas mais comuns são: Fornecedores, Impostos a recolher, Salários a Pagar, Empréstimos bancários, etc.

### Exigível a Longo Prazo

Constitui-se das obrigações de mesma natureza daquelas classificadas no Passivo Circulante, todavia, sua liquidação se dará a partir do término do exercício social seguinte: contado a partir da data do balanço.

A Lei trás uma exceção quanto aos créditos de “Coligadas ou Controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro”, oriundos de transações não usuais ao objetivo social da empresa. Estas deverão ser classificadas no “Exigível a Longo Prazo”, mesmo que seus vencimentos ocorram em curto prazo.

### Resultado de Exercícios Futuros

Somente deverão ser classificados neste grupo, valores recebidos que não representam obrigações para a empresa, mas que, por se referirem a exercícios seguintes (futuros), não devem ser agregados ao resultado. Compõem este grupo as receitas recebidas e faturadas antecipadamente, que não corram o risco de devolução por parte da empresa, tal como aluguel recebido antecipadamente, que, contratualmente a locadora não está obrigada a devolver. Os adiantamentos com risco de restituição como é o caso dos realizados para futura entrega de mercadorias ou serviços, deverão ser classificados no passivo circulante.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio Líquido como já nos referimos, representa o investimento dos proprietários (capital ) mais o lucro acumulado no decorrer dos exercícios anteriores, retido na empresa, ou seja, que ainda não tenha sido distribuído. Compondo o PL, encontraremos, além da conta “Capital Social” as representadas pelas “reservas” e “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.

### Capital Social

De acordo com a Lei nº 6.404/76 : Capital Social, representa valores recebidos pela empresa, ou por ela gerados, e que estão formalmente incorporados ao Capital. O investimento efetuado na companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens.

O Capital social só pode surgir pelo valor efetivamente realizado. O art. 182 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “a conta do capital social discriminará o montante subscrito, e por dedução, a parcela ainda não realizada”. Dessa forma, a empresa deve ter a conta de Capital Subscrito e a conta devedora de Capital a Integralizar, sendo que o líquido entre ambas representa o Capital Realizado.

Na Subscrição feita pelos acionistas.

	Débito	Crédito
Capital a Integralizar	100.000.000	
A Capital Subscrito		100.000.000

Na integralização pelos acionistas, que pode ser em dinheiro ou em bens.

	Débito	Crédito
Bancos, Imobilizado, etc.	100.000.000	
A Capital a Integralizar		100.000.000

Nesse Exemplo, a classificação no Balanço é como segue:

<b>Capital Social</b>	<b>100.000.000</b>
<b>Menos: A Integralizar</b>	<b>20.000.000</b>
<b>Capital Realizado</b>	<b>80.000.000</b>

### Reservas de Capital

São constituídas com valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo Resultado como Receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

#### Plano de Contas

Em face da classificação das Reservas de Capital, como definido no Parágrafo 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, o Plano representa as seguintes contas nesse subgrupo:

#### **Reservas de Capital**

- Ágio na emissão de ações
- Reserva especial de ágio na incorporação
- Alienação de partes beneficiárias
- Alienação de bônus de subscrição
- Prêmio na Emissão de Debêntures
- Doações e subvenções para investimentos

#### **Reservas de Reavaliação**

Representam as contrapartidas do valores acrescidos ao ativo permanente ( Exceto os investimentos avaliados por equivalência patrimonial), para atingirem o valor de mercado.

#### **Reservas de Lucros**

Reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme também previsto pelo art. 182.

#### **As Contas de Reservas de Lucros**

Tendo em vista seu conceito as definições da própria Lei das Sociedades por Ações, podemos ter as seguintes Reservas de Lucros:

- Reserva Legal
- Reservas estatutárias
- Reservas para contingências
- Reservas de lucros a realizar
- Reserva de lucros para expansão
- Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES	OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO
Caixa e Bancos Conta Corrente	Fornecedores
Aplicações de Liquidez Imediata	Obrigações Trabalhistas e Sociais
CRÉDITOS	Obrigações Tributárias
Clientes	Adiantamentos de Clientes
(-) Duplicatas Descontadas	Dividendos a Pagar
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	OBRIGAÇÕES DE FINANCIAMENTOS
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos Bancários
Impostos a Compensar	Títulos a Pagar
Investimentos Temporários	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
ESTOQUES	Empréstimos e Financiamentos
Estoque de Mercadorias para Revenda	Retenções Contratuais
Estoque de Matéria-Prima	Títulos a Pagar
DESPESAS ANTECIPADAS	Provisão para Imposto Renda Diferido
Prêmios de Seguros a Apropriar	RESULTADOS EXERCÍCIOS FUTUROS
OUTROS VALORES E BENS	Receitas de Exercícios Futuros
Bens Não Destinados a Uso	(-) Custos ou Despesas Correspondentes
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
VALORES A RECEBER	CAPITAL SOCIAL
Clientes	Capital Subscrito
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(-) Capital a Realizar
Empréstimos a Coligadas e Controladas	RESERVAS DE CAPITAL
Empréstimos Compulsórios da Eletrobrás	Reservas de Incentivos Fiscais
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	Subvenções para Investimentos
Títulos e Valores Mobiliários	Doações para Investimentos
Participações Não-Permanentes	RESERVAS DE REAVALIAÇÕES
DESPESAS ANTECIPADAS	Reavaliação de Ativos Próprios
Prêmios de Seguros a Apropriar	Reavaliação de Ativos de Controladas
PERMANENTE	RESERVAS DE LUCROS
INVESTIMENTOS	Reserva Legal
Participações em Sociedades Controladas	Reserva Estatutária
Obras de Arte	Reserva para Contingências
Imóvel Não de Uso - de Renda	Reserva de Lucros a Realizar
(-) Depreciações Acumuladas	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
IMOBILIZADO	Lucros Acumulados
Terrenos	(-) Prejuízos Acumulados
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
Móveis e Utensílios	
Veículos	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	
(-) Depreciações Acumuladas	
(-) Amortizações Acumuladas	
Obras em Andamento	
DIFERIDO	
Pesquisas e Desenvolvimento de Produtos	
Gastos de Reorganização	
(-) Amortizações Acumuladas	

## RESUMO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
<p><b>1. CIRCULANTE</b> Neste grupo são classificados os bens e direitos com previsão ou expectativa de realização até o final do exercício social seguinte ao do encerramento do balanço, devendo ser, segundo a Lei nº 6.404/76, dividido nos seguintes subgrupos: Disponibilidades Realizável a Curto Prazo Despesas do Exercício Seguinte Segundo a NBC-T-3 do CFC, é dividido nos seguintes subgrupos: Disponível Créditos Estoques Despesas Antecipadas Outros Valores e Bens</p> <p><b>2. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> Neste grupo são classificados os bens e direitos com previsão ou expectativa de realização após o final do exercício social seguinte ao do encerramento do balanço. Embora sem uma definição legal sobre divisão, este grupo deve ser dividido nos mesmos subgrupos do Ativo Circulante, exceto o Disponível.</p> <p><b>3. permanente</b> Neste grupo são classificados os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da empresa, assim como os direitos exercidos com essa finalidade, devendo ser, segundo a Lei nº 6.404/76, dividido nos seguintes subgrupos: Investimentos Imobilizado Diferido</p>	<p><b>1. CIRCULANTE</b> Neste grupo são classificadas as obrigações com vencimento ou previsão de exigibilidade para até o final do exercício social seguinte ao do encerramento do balanço, devendo ser, embora sem uma definição legal, dividido nos seguintes subgrupos: Obrigações de Funcionamento Obrigações de Financiamentos Outras Obrigações e Provisões <b>2. exigível a longo prazo</b> Neste grupo são classificadas as obrigações com vencimento para após o final do exercício social seguinte ao do balanço, sendo, embora sem definição legal, dividido nos seguintes subgrupos: Obrigações de Funcionamento Obrigações de Financiamentos Outras Obrigações e Provisões <b>3. resultado de exercícios futuros</b> Neste grupo são classificadas as receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados nos exercícios futuros, deduzidas dos custos ou despesas correspondentes, devendo ser, embora sem uma definição legal, dividido nos seguintes subgrupos: Receitas Recebidas Antecipadamente Custos ou Despesas Correspondentes <b>4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> Neste grupo são classificadas os investimentos e demais recursos dos proprietários no patrimônio da empresa, devendo ser, segundo a Lei nº 6.404/76, dividido nos seguintes subgrupos: Capital Social Reservas de Capital Reservas de Reavaliação Reservas de Lucros Lucros ou Prejuízos Acumulados</p>

## 11. Demonstração do Resultado do Exercício

### Conceito

A demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade.

A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

### Conteúdo e Estrutura ( Lei 6.404/76).

#### Demonstração do Resultado do Exercício

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;
- V - o resultado do exercício antes do Imposto de Renda e a provisão para o imposto;
- VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;
- VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação (art.182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

A seguir, modelo de demonstração do resultado do exercício:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS
Vendas de Produtos
Vendas de Mercadorias
Serviços Prestados
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
Impostos Incidentes sobre Vendas
Impostos Incidentes sobre Serviços
Vendas Canceladas
Abatimentos sobre Vendas
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS
CUSTOS DAS VENDAS E SERVIÇOS
Custo dos Produtos Vendidos
Custo das Mercadorias Vendidas
Custo dos Serviços Prestados
RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) BRUTO
DESPESAS OPERACIONAIS
Despesas com Vendas
Despesas Administrativas e Gerais
Despesas Tributárias
Despesas Financeiras
(-) Receitas Financeiras
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
Prejuízos em Participações Societárias (Equivalência Patrimonial)
Lucros em Participações Societárias (Equivalência Patrimonial)
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos
RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO
RESULTADO NÃO OPERACIONAL
Ganhos e Perdas de Capital nos Investimentos
Ganhos e Perdas de Capital no Imobilizado
RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS
Provisão para Imposto de Renda
Contribuição Social sobre Lucro
RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
Debêntures
Empregados
Administradores
Partes Beneficiárias
Fundos de Assistência a Empregados
RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

### Receita Operacional Líquida

Corresponde as vendas de mercadorias serviços. Em primeiro lugar é destacada a Receita Bruta para em seguida apresentar a Receita Líquida. A Receita Líquida é efetivamente a receita da empresa pela venda de seus produtos e serviços, uma vez que se constitui na parcela determinada após a subtração das **DEDUÇÕES**.

As deduções são representadas pelos impostos incidentes sobre as vendas (IPI, ECMS ...), que não são recursos seus; (apenas transitam pelo caixa) e as devoluções, os descontos comerciais e abatimentos concedidos incondicionalmente.

## Custos da Vendas

No caso de uma indústria, são os gastos necessários para a fabricação do produto (matéria-prima, mão-de-obra direta e outros gastos de fabricação); sendo uma empresa comercial, são os gastos relativos à aquisição de mercadorias para revenda; representa os gastos com mão-de-obra e materiais diretamente aplicados na prestação de serviços, em caso de empresas prestadoras de serviços.

Subtraindo-se os custos da Receita Líquida encontramos o **Lucro Bruto**. Se considerarmos a possibilidade de custo superar as receitas, gerando neste caso um prejuízo, o termos mais correto seria “Resultado Bruto”.

## Despesas Operacionais

São as despesas relativas à administração do empreendimento, à comercialização do produto ou serviço e a remuneração do dinheiro de terceiros ( Instituições Financeiras). Desta forma, este item se divide, basicamente, em três grupos de despesas, que são deduzidas do Lucro Bruto dentro do Regime de competência.

**Despesas de Vendas:** Despesas com o pessoal de vendas, comissão de vendedores, propaganda e publicidade, despesa com distribuição do produto, provisão para devedores duvidosos, etc.

**Despesas Administrativas:** Despesas com o pessoal administrativo, honorários da Diretoria, aluguel de escritório, material de expediente, serviços profissionais contratados (Auditoria, Consultoria), etc.

**Despesas Financeiras:** De acordo com o conceito legal, as despesas financeira são consideradas como operacionais.

Por força da Lei 6.404/76 as Receitas financeiras deverão ser confrontadas com as despesas financeiras e, assim, destacados os encargos financeiros líquidos ou, se a receita for superior às despesas, a Receita financeira Líquida, com sinal invertido as das despesas.

**Outras Receitas e Despesas Operacionais:** Lucros ou prejuízos obtidos de participações em outras sociedades, tais como dividendos, resultados de equivalência patrimonial, etc.

**Lucro Operacional:** A diferença entre Lucro Bruto e as Despesas Operacionais evidenciará o Resultado Operacional que, na maioria das vezes, por ser positivo, denominamos de “Lucro Operacional”.

## Receitas e Despesas Não Operacionais

São considerados como não operacionais os ganhos e as perdas de capital. Normalmente resultam de ganho ou perda na alienação de algum item do ativo permanente.

## Lucro ou Prejuízo antes do Imposto de Renda

A soma ou subtração entre o Resultado Operacional ( Lucro ou prejuízo ) com os itens “Não operacionais” e a correção Monetária evidencia o Lucro ( ou prejuízo ) antes do Imposto de Renda.

## Provisão para o Imposto de Renda

O Imposto de Renda é calculado multiplicando-se a alíquota de (X%) sobre o Lucro real.

O Lucro Real é o lucro antes do Imposto de Renda ajustado conforme as exigências da legislação que disciplina aquele imposto

O ajuste é feito extra-contabilmente através do preenchimento do Livro de Apuração do Lucro Real. Estes ajustes correspondem às deduções e adições ao lucro apresentando na Demonstração do Resultado do Exercício. As deduções representam a parte das despesas contabilizadas pela empresa acima do limite permitido pelo Imposto de Renda (como excesso de depreciação, de retirada pro-labore, etc...). Adições são representadas pelas receitas contábeis a itens não tratados como despesas contábeis, ou dedutíveis por valor superior e compensação do prejuízo

A subtração da provisão para o imposto de Renda do Lucro ante do Imposto de Renda , propicia o Lucro após o I.R

### **Participações e Contribuições**

São as participações contidas nos estatutos da empresa, para Debêntures. Empregados, Administradores e Partes Beneficiárias que serão calculadas sucessivamente e na ordem da seqüência apresentada, com base nos lucros que remanescerem.

As contribuições são aquelas destinadas às instituições ou fundos de assistências ou Previdência de empregados.

O lucro aos o Imposto de Renda menos as participações evidenciará o **LUCRO LÍQUIDO** (ou Prejuízo) do **EXERCÍCIO**, que é a parte remanescente que se destina aos proprietários.

Sobre o Lucro Líquido, destaca-se o lucro por Ação do Capital Social, que é calculado dividindo-se o Lucro Líquido pelo número de ações integralizadas do Capital Social.

Complemento:

**Debêntures:** Título de Conta que designa os registros de valores dos títulos de dívida emitidos pelas Sociedades por Ações. É uma conta do Passível exigível, podendo ser a Curto ou Longo Prazo, segundo o tempo no qual vão sendo vencidos os títulos para efeito de resgate.

**QUADRO–RESUMO ILUSTRATIVO DA APURAÇÃO DO LUCRO**

(deduções, participações e destinações do resultado do exercício)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>CÁLCULOS EXTRACONTÁBEIS</b>	
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA		<b>duções</b>	
▪ Vendas de Mercadorias	3.050.000	<b>Provisão para Contribuição Social</b>	
2. DEDUÇÕES E ABATIMENTOS		1. Ajustes do Resultado do Exercício:	
▪ Vendas Anuladas	50.000	Resultado do Exercício antes do IR	532.500
▪ Descontos Incondicionais Concedidos	-	a) Exclusões:	
▪ ICMS sobre Vendas	540.000	▪ Resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do PL	90.000
▪ PIS sobre Faturamento	19.500	▪ Dividendos	40.230
▪ COFINS	<u>60.000</u>	(669.500)	
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (1-2)	2.380.500	b) Adições/(não ocorrem)	
4. CUSTOS OPERACIONAIS		= Base de Cálculo da Provisão	<u>402.270</u>
▪ Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(1.000.000)</u>	2. Cálculo da Provisão:	
5. LUCRO OPERACIONAL BRUTO (3-4)	1.380.500	CS = $402.270 \times 10 / 100 =$	40.227
6. DESPESAS OPERACIONAIS		<b>Provisão para Imposto de Renda – LALUR</b>	
▪ Despesas com Vendas	321.000	1. Ajustes do Resultado do Exercício:	
▪ Despesas Financeiras	19.000	Resultado do Exercício antes do IR	532.500
▪ (-) Receitas Financeiras	(80.000)	a) Adições:	
▪ Despesas Administrativas	701.000	▪ Excesso de retiradas	9.773
▪ Outras Despesas Operacionais	<u>20.000</u>	▪ Multas Fiscais	10.000
(981.000)		b) Exclusões:	
7. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	34.000	▪ Receitas de participações societárias	90.000
8. LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL (5-6+7)	433.500	c) Compensações:	
9. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	125.000	▪ Prejuízos Acumulados (Fiscal)	<u>150.000</u>
10. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(26.000)	= Lucro Real	<u>312.273</u>
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO		2. Cálculo do valor da Provisão:	
PARA O IMPOSTO DE RENDA (8+9-10)	532.500	IR = $\text{Lucro Real} \times 25 / 100 = 312.272 \times 25 / 100 =$	78.068
12. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(40.227)	<b>Participações</b>	
13. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	<u>(78.068)</u>	▪ Resultado do Exercício após o IR	414.205
14. RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS O IMPOSTO DE RENDA (11-12-13)	414.205	▪ (-) Prejuízos Acumulados (Contábil)	-
15. PARTICIPAÇÕES		▪ = Base de Cálculo para Debêntures	414.205
▪ Debêntures	41.420	▪ (-) Participações de Debêntures (10%)	41.420
▪ Empregados	37.278	▪ = Base de Cálculo p/ Participações de Empregados	372.785
▪ Administradores	33.550	▪ (-) Participações de Empregados (10%)	<u>37.278</u>
▪ Partes Beneficiárias	30.195	▪ = Base de Cálculo Participações de Administradores	335.507
▪ Contribuições p/ Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados	<u>27.176</u>	▪ (-) Participações de Administradores (10%)	<u>33.550</u>
(169.619)		▪ = Base de Cálculo das Partes Beneficiárias	301.957
16. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (14-15)	244.586	▪ (-) Participações das Partes Beneficiárias (10%)	<u>30.195</u>
17. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL	0,53170	▪ = Base de Cálculo para Contribuições	271.762
		▪ (-) Contribuições de Empregados (10%)	<u>27.176</u>
		▪ = Lucro Líquido do Exercício	244.586
<b>DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>		<b>Destinações</b>	
1. SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	120.000	Base de Cálculo	
2. (+ ou -) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	▪ Lucro Líquido do Exercício	244.586
3. SALDO AJUSTADO	120.000	▪ Reserva Legal (5%)	12.229
4. (+ ou -) LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>244.586</u>	▪ Reservas Estatutárias	9.783
5. (+) REVERSÃO DE RESERVAS	-	▪ Dividendos a Pagar	<u>73.375</u>
6. SALDO À DISPOSIÇÃO	<u>364.586</u>		
7. DESTINAÇÃO DO EXERCÍCIO			
▪ Reserva Legal	12.229		
▪ Reservas Estatutárias	9.783		
▪ Reservas para Contingências	-		
▪ Outras Reservas	-		
▪ Dividendos Obrigatórios (R\$ 0,15951 p/ ação)	<u>73.375</u>		
8. SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	269.199		
<b>DISPOSITIVOS LEGAIS</b>			
▪ Provisão para Contribuição Social: Lei nº 7.689, de 15/12/88.			
▪ Provisão para Imposto de Renda: art. 6º do Decreto-Lei nº 1.598, de 26/12/77 e RIR.			
▪ Participações: art. 190 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.			
▪ Reserva Legal: art. 193 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.			
▪ Reservas Estatutárias: art. 194 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, que faculta ao estatuto fixar critérios para determinar a base de cálculo. No nosso exemplo, utilizamos o próprio Lucro Líquido do Exercício.			
▪ Dividendos: art. 202 da Lei nº 6.404/76, que também faculta ao estatuto fixar critérios para determinar a sua base de cálculo. No nosso exemplo, utilizamos o próprio Lucro Líquido do Exercício.			
		<i>NOTA: quadro extraído do livro Contabilidade Geral Fácil, de Osni Moura Ribeiro, Editora Saraiva, 1ª edição – 1997.</i>	

**Exercícios**

1. Relação das contas extraídas do livro razão da empresa comercial Ipiranga Ltda.

1. Caixa.....	R\$ 10.000
2. Banco Conta Movimento ( Banco Arapiri S/A).....	R\$ 1.000
2. Estoque de Mercadorias.....	R\$ 500.00
3. Imobilizado (Veículos).....	R\$ 10.000

Fatos ocorridos no mês 12/2003.

- a) 05/12/2003 - Compra de 30 unidades a vista no valor de R\$ 60.00 cada da empresa Guarai Ltda. conforme nf. 284.
- b) 10/12/2003 - Compra de 40 unidades a prazo no valor de R\$ 70.00 cada da empresa Tapecca Ltda.
- c) 12/12/2003 - Venda de 50 unidades a 100.00 cada, sendo que 50% a vista para a empresa Itapajo Ltda conf nf 824.
- d) 15/12/2003 - Compra de 100 unidades a R\$ 55.00 cada, sendo que 20% a prazo da empresa Quimiri Ltda conf. nf 540.
- e) 20/12/2003 - Venda de 90 unidades a 110.00 cada, sendo que 30% a prazo. (obs. Estoque Final R\$ 2.280,77) para a empresa Joverano Ltda.
- f) Despesa com Marketing no valor de R\$ 1.000,00, sendo que 50% pago a vista conforme Nota Promissória n° 34.
- g) Comissões sobre vendas referente ao mês 12/2003 no valor de R\$ 800.00 a serem pagas em 05/01/2004 no valor de R\$ 800.00
- h) Honorários Administrativos referentes ao mês 12/2003 no valor de R\$ 1.500 a serem pagas 05/01/2004.
- i) Pagamento de Aluguel de Escritório no valor de R\$ 500.00 ( competência 12/2003 ).
- j) Pagamento de Assinatura de Jornais no valor de R\$ 50.00 ( competência 12/2003 ).
- k) Salários de Funcionários referente ao mês 12/2003 (vendedores) no valor de 3.000 a serem pagas em 05/01/2004
- l) Pagamento de taxas bancarias no valor de R\$ 80,00.
- m) Venda de Imobilizado a vista por R\$ 15.000.

Pede-se

- a. Realize os lançamentos de acordo com o livro diário e Razão.
- b. Calcule o Custo das Mercadorias Vendidas de acordo com o inventário permanente e periódico (  $CMV = Ei + Compras - Ef.$  ) (Obs.: Estoque Inicial de Mercadorias (Ventiladores) é de 10 unidades.
- c. Apure o Resultado do Exercício;
- d. Demonstre o Resultado do Exercício.

- 2) Relação das contas extraídas do livro razão da empresa comercial Ipiranga Ltda.

1. Caixa.....	R\$ 10.000
2. Estoque de Mercadorias.....	R\$ 500.00
3. Imobilizado.....	R\$ 10.000

1. Estoque Inicial de Mercadorias ( Ventiladores ) de 10.
2. Compra de 30 a vista unidades a R\$ 60.00 cada.
3. Compra de 40 a prazo unidades a R\$ 70.00 cada.
4. Venda de 50 unidades a 100.00 cada, sendo que 50% a vista.
5. Compra de 100 unidades a R\$ 55.00 cada, sendo que 20% a prazo.
6. Venda de 90 unidades a 110.00 cada, sendo que 30% a prazo. (obs. Estoque Final R\$ 2.280,77).
7. Despesa com Marketing no valor de R\$ 1.000,00, sendo que 50% pago a vista.
8. Despesas com Comissões sobre vendas R\$ 800.00
9. Despesa com Honorários Administrativos R\$ 1.500.

10. Despesa com Aluguel de Escritório R\$ 500.00
11. Despesa com Assinatura de Jornais R\$ 50.00
12. Despesa com Salários Funcionários (vendedores) no valor de 3.000
13. Despesas com taxas bancárias R\$ 80,00.
14. Venda de Imobilizado a vista por R\$ 15.000.

Pede-se

- Realize os lançamentos de acordo com o livro diário e Razão.
  - Calcule o Custo das Mercadorias Vendidas de acordo com o inventário permanente e periódico (  $CMV = Ei + Compras - Ef.$  )
  - Apure o Resultado do Exercício;
  - Demonstre o Resultado do Exercício.
- 4) Qual e o Conceito de Balanço Patrimonial segundo a Resolução 686 de 1990:

5) De acordo com a Lei 6.404 de 1976, o ativo permanente e dividido em :

- a) \_\_\_\_\_
- b) \_\_\_\_\_
- c) \_\_\_\_\_

6) De acordo com a Lei 6.404 de 1976, o Patrimônio Líquido e dividido em:

- a) \_\_\_\_\_
- b) \_\_\_\_\_
- c) \_\_\_\_\_
- d) \_\_\_\_\_
- e) \_\_\_\_\_

7) De acordo com os dados abaixo elabore o balanço patrimonial:

<b>Contas</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Contas</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
1. Lucros Acumulados	500	1.000	7. Financiamento LP	2.000	2.000
2. Diferido	1.000	1.000	8. Contas a Pagar	2.000	3.000
3. Reservas	1.000	1.500	9. Estoque	1.800	2.200
4. Imobilizado	2.000	3.000	10. Fornecedores	1.000	2.000
5. Capital	500	500	11. Duplicatas a Receber	1.000	1.500
6. Investimentos	1.000	2.000	12. Disponível	200	300

#### BALANÇO PATRIMONIAL

<b>Ativo</b>	<b>Período</b>	<b>Período</b>	<b>Passivo</b>	<b>Período</b>	<b>Período</b>
	2003	2004		2003	2004
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
			<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
<b>Permanente</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Total</b>			<b>Total</b>		

8) Quais os grupos de contas que compõem o ativo, passivo exigível e não exigível?

9) Quais grupos de contas compõem o Ativo Permanente?

10) Contas

1.	Capital Social	1.000
2.	Reserva de Capital	4.000
3.	Financiamentos Externos	3.000
4.	Reserva de Reavaliação	200
5.	Fornecedores Nacionais	5.000
6.	Empréstimos Bancários	300
7.	Reservas de Lucros	500
8.	Lucros ou Prejuízos Acumulados	2000

O Patrimônio Líquido, com base nos elementos relacionados, totaliza R\$ \_\_\_\_\_.

11) Relação das contas extraídas do livro razão da empresa Redenção Ltda.:

1.	Caixa	100.000
2.	Clientes	20.000
3.	Estoque de Material de Expediente	10.000
4.	Maquinas e Equipamentos	200.000
5.	Móveis e Utensílios	50.000
6.	Depreciação Acumulada	25.000
7.	Fornecedores	50.000
8.	Promissórias a Pagar	20.000
9.	Capital	270.000
10.	Água e Esgoto *	1.000
11.	Aluguéis Passivos (Escritório) *	10.000
12.	Descontos Concedidos (Despesas Financeiras)	500
13.	Depreciação *	25.000
14.	Jornais e Revistas (Despesas Administrativas)	500
15.	Receitas de Serviços	54.000
16.	Material de Expediente *	2.000
<b>Total</b>		<b>838.000</b>

A partir dos dados apresentados, respondam quais são os valores do Lucro Líquido e do Ativo Permanente.

Roteiro para solução desta Prática:

- Transcreva as contas, com seus respectivos saldos, nos Razonetes.
- Transfira os saldos das contas de Despesas para a conta Transitória Resultado do Exercício.
- Transfira os saldos das contas de Receitas para a conta transitória Resultado do Exercício.
- Apure o saldo da conta Resultado do Exercício. Transferindo-o para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- Elaborar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Obs: Para solucionar questões desse tipo, é imprescindível que você conheça a natureza do saldo de cada conta.

As contas do Ativo e as contas de Despesas são de natureza devedora; as contas do Passivo e as contas de Receitas são de natureza credora.

\* Considerar como Custo do Serviços Prestados.

12) Relação das contas com seus respectivos saldos extraídos do livro Razão da empresa Comercial Standard do Brasil Ltda, em 30 de novembro de x3.

1.	Caixa	10.000
2.	Bancos Conta Movimento	50.000
3.	Duplicatas a Receber	18.000
4.	Estoque	100.000
5.	Adiantamento a Fornecedores (*)	5.500
7.	Móveis e Utensílios	10.000
8.	Duplicatas a Pagar	5.000
9.	Depreciação Acumulada	1.000
9.	Adiantamento de Clientes (**)	6.000
10.	Impostos a Recolher	12.000
11.	Capital	150.000
12.	Lucros (Prejuízos) Acumulados	19.500
Total		<b>387.000</b>

Fatos ocorridos durante o mês de dezembro de x3:

1. 01/12/x3, Compra a vista de 800 unidades (Mercadorias) a R\$ 10.00 cada;
2. 05/12/x3, Compra a prazo de 1.000 unidades (Mercadorias) a R\$ 12.00 cada.
3. 28/12/x3, Venda de 3.000 unidades (Mercadoria) sendo 50% avista e o restante em noventa dias a R\$ 20.00 cada.
4. Pagamento, em dinheiro, das seguintes despesas:
 

a)	Comissão de Vendedores (Despesas c/ Vendas)	R\$ 4.500,00
b)	Juros pelo atraso no pagamento de aluguel (Despesas Financeiras)	R\$ 880,00
e)	Conta de telefone (Despesas Administrativas)	R\$ 500,00

Pede-se

- a) Transcreva, em Razonetes, as contas constantes no enunciado da questão;
- b) Realize os lançamentos dos fatos ocorridos em dezembro de x3 de acordo com o razão;
- c) Calcule o Custo das Mercadorias Vendidas adotando o critério (Custo Médio);
- d) Apure o Resultado do Exercício:
  1. Transfira os saldos das contas de Despesas para a conta Resultado do Exercício.
  2. Transfira os saldos das contas de Receitas para a conta de Resultado do Exercício.
  3. Apure no Razonete o saldo da conta Resultado do Exercício e transfira-o para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- e) Elabore A Demonstração do Resultado do Exercício ( Lei 6.404/76 Art. 187);

Considere:

1. Deprecie Moveis e Utensílios à Taxa de 10% ao ano.( Despesas Administrativas)
2. Desconsiderar impostos nas transações com mercadorias itens (1, 2 e 3).
3. Todos os pagamentos e recebimentos à vista devem ser contabilizados na conta Caixa.
4. As vendas a prazo foram realizadas emissão de duplicatas.
5. Conforme Levantado na Ficha de Controle de Estoque existe 10.000 unidades no estoque inicial.

13) Relação das contas com seus respectivos saldos extraídos do livro Razão da empresa de prestação de serviços Santos & Santos Ltda., em 30 de novembro de x2.

1.	Caixa	5.400
2.	Bancos Conta Movimento	8.000
3.	Duplicatas a Receber	12.000
4.	Estoque de Material de Expediente	2.000
5.	Adiantamento a Fornecedores (*)	1.500
6.	Computadores	6.300

7. Móveis e Utensílios	4.800
8. Duplicatas a Pagar	1.000
9. Adiantamento de Clientes (**)	3.000
10. Impostos a Recolher	800
11. Capital	30.000
12. Lucros (Prejuízos) Acumulados	5.200
<b>Total</b>	<b>80.000</b>

Fatos ocorridos durante o mês de dezembro de x2:

- 1) Pagamento, em dinheiro, ao fornecedor J.B. Ltda., de uma duplicata no valor de R\$ 500.
- 2) Recebimento, de clientes, da importância de R\$ 3.200, referente a duplicatas de nossa emissão.
- 3) Recolhida, no Banco Paineiras S/A, a importância de R\$ 800 referente a impostos do Mês de novembro. Pagamento efetuado através de cheque de nossa emissão.
- 4) Serviços prestados ao cliente J.B Ltda., no valor de R\$ 3.000, cujo valor havia sido recebido antecipadamente em novembro do corrente.
- 5) Recebida a importância de R\$ 5.000 de clientes, em cheques.
- 6) Depósito efetuado no Banco Urupês S/A, da importância de R\$ 5.000, em cheques recebidos de clientes.
- 7) Compra de móveis do fornecedor Manoel Ltda., conforme Nota Fiscal n° 777, no valor de R\$ 1.500. Obs.: Essa Compra havia sido paga no mês de novembro do corrente.
- 8) Venda à vista, pelo preço de custo, de um computador, conforme nossa Nota fiscal n° 120, no valor de R\$ 2.300.
- 9) Compra, à vista, de um computador com impressora, conforme Nota Fiscal n° 923, da casa Monção S/A, no valor de R\$ 1.800, paga em dinheiro.
- 10) Venda de móveis, pelo preço de custo, ao Sr. Flávio Peixoto, conforme Nota Fiscal n° 123, no valor de R\$ 7.000, nas seguintes condições:
  - a) Em dinheiro, R\$ 5.000;
  - b) O restante em 30 dias, com aceite de duplicata.
- 11) O proprietário da empresa aumentou o capital, com integralização nesta data, como segue:
 

a) Em dinheiro	10.000
b) Um automóvel com laudo de avaliação	8.000
c) Diversos móveis com laudo de avaliação	2.000
<b>Total</b>	<b>20.000</b>
- 12) Pagamento, em dinheiro, das seguintes despesas:
 

a) Aluguel do imóvel, conforme recibo	1.000
b) Juros pelo atraso no pagamento de aluguel	200
c) Energia elétrica, conforme conta	100
d) Aluguel de telefone, conforme recibo	200
e) Conta de telefone	120
<b>Total</b>	<b>1.620</b>
- 13) Compra de um terreno, no valor de R\$ 100.000, nas seguintes condições:
 

a) Em dinheiro	11.000
b) Em cheque de nossa emissão	9.000
c) O restante será pago em 4 parcelas mensais de R\$ 20.000 cada, conforme emissão de notas Promissórias.	
- 14) Recebida a importância de R\$ 6.500 por serviços prestados, conforme nossas Notas Fiscais n°s 130 e 150.
- 15) Pagamento de R\$ 650 ao Posto Mangueira, referente a consumo de combustíveis, conforme Nota Fiscal n° 122.
- 16) Recebimento de duplicatas no valor de R\$ 200, com 20% de juros.
- 17) Recebimento de duplicata no valor de R\$ 1.000, com 5% de desconto.
- 18) Pagamento de aluguel de imóvel, no valor de R\$ 800, com 10% de juros. O pagamento foi efetuado com cheque de nossa emissão.
- 19) Pagamento efetuado ao mecânico Paulo, referente a reparos no veículo, conf. Nota Fiscal n° 231, no valor de R\$ 300. Pagamento efetuado em dinheiro.

20) Serviços prestados ao Sr. Geraldo, no valor de R\$ 2.000, tendo recebido 50% em dinheiro e 50% mediante aceite de duplicata para 20 dias.

Pede-se:

- a) Escriture os fatos de dezembro de x2 em partidas de Diário.
- b) Transcreva os fatos escriturados no Diário para os Razonetes.
- c) Apure o Resultado do Exercício:
  - Transfira os saldos das contas de Despesas para a conta Resultado do Exercício.
  - Transfira os saldos das contas de Receitas para a conta de Resultado do Exercício.
  - Apure no Razonete o saldo da conta Resultado do Exercício e transfira-o para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.

**Obs: Ajustes para apuração do Resultado Líquido:**

- Deprecie a conta Computadores à Taxa de 20% ao ano.
- Deprecie a Moveis e Utensílios à Taxa de 10% ao ano.

14) Relação das contas com seus respectivos saldos extraídos do livro Razão da empresa Comercial Santos & Santos Ltda., em 30 de novembro de 2004:

1.	Caixa	14.000,00
2.	Bancos	47.900,00
3.	Duplicatas a receber	25.000,00
4.	Estoque	140.000,00
5.	Adiantamento a Fornecedores	10.500,00
5.	Duplicatas a Receber a Longo Prazo	50.000,00
6.	Moveis e Utensílios	14.000,00
7.	Depreciação Acumulada	(1.400,00)
8.	Fornecedores	100.000,00
9.	Adiantamento de Clientes	16.000,00
10.	Impostos a Recolher	16.700,00
11.	Empréstimos a Pagar a Longo Prazo	40.000,00
12.	Capital Social	100.000,00
13.	Lucros Acumulados	27.300,00

Fatos ocorridos durante o mês de dezembro de 2004

5.01-12-2004 Venda de 2.000 unidades por R\$ 20,00 cada, sendo que 50% avista e o restante em 24 vezes com data do primeiro pagamento dia 01.01.2005

6. 05-12-2004 Devolução 100 unidades referente a venda realizada dia 01-12-2004.

3. 10-12-2004 Compra de 500 unidades por 17,50,00 cada, sendo 50% avista, conforme Cheque nº 0001.

4. 15-12-2004 Compra de 1.000 unidades por 17,00 cada sendo 40% avista, conforme cheque nº 0002.

5. 25-12-2004 Venda de 5.000 unidades por R\$ 25,00 cada, sendo 20% avista, e o restante em 6 vezes.

3. Pagamento, em dinheiro, das seguintes despesas:

- |   |               |
|---|---------------|
| a) Comissão de Vendedores (Despesas c/ Vendas)                      | R\$ 10.000,00 |
| b) Juros pelo atraso no pagamento de aluguel (Despesas Financeiras) | R\$ 1.000,00  |
| e) Conta de telefone (Despesas Administrativas)                     | R\$ 2.500,00  |
| d) Salários dos Administradores (Despesas Administrativas)          | R\$ 8.000,00  |

Pede-se

- a) Transcreva, em Razonetes, as contas constantes no enunciado da questão;
- b) Realize os lançamentos dos fatos ocorridos em dezembro de 2004;
- c) Calcule o Custo das Mercadorias Vendidas adotando o inventário permanente (Custo Médio);
- d) Apure o Resultado do Exercício:

1. Transfira os saldos das contas de Despesas para a conta Resultado do Exercício.
2. Transfira os saldos das contas de Receitas para a conta de Resultado do Exercício.
3. Apure no Razonele o saldo da conta Resultado do Exercício e transfira-o para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- e) Elabora o Balancete de Verificação, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial.

Considere:

1. Deprecie Moveis e Utensílios à Taxa de 10% ao ano. ( Despesas Administrativas)
2. Desconsiderar impostos nas transações com mercadorias itens (1, 2, 3,4 e 5).
3. As vendas a prazo foram realizadas emissão de duplicatas.
4. Conforme Levantado na Ficha de Controle de Estoque existe 10.000 unidades no estoque inicial.

### Trabalho

1. Uma determinada Companhia gastou, em 2003, com pesquisas para desenvolvimento de um novo produto, o montante de R\$ 152.800,00. Neste período, estudos técnicos indicaram que o produto era viável e teria uma vida útil estimada de dez anos. Este valor deverá ser contabilizado no seguinte subgrupo:
  - a) Ativo Circulante – Imobilizado.
  - b) Ativo Permanente – Diferido.
  - c) Ativo Permanente – Investimentos.
  - d) Ativo Realizável a Longo Prazo – Diferido.
  
2. Uma empresa possuía um imóvel, utilizado no desempenho de suas atividades, adquirido por R\$ 30.000,00 e depreciado em 20% do seu valor. Vendeu-o por R\$ 25.000,00, em 30.09.2003, concedendo prazo ao comprador para pagamento até o final de fevereiro de 2004, com juros simples de 5% ao mês, recebidos no ato da venda. A empresa encerra seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano. A operação proporcionou à empresa vendedora:
  - a) Aumento do Ativo Circulante no valor de R\$ 4.750,00.
  - b) Aumento do Patrimônio Líquido no exercício de 2003 no valor de R\$ 7.250,00.
  - c) Um Ativo Imobilizado reduzido no valor de R\$ 25.000,00.
  - d) Uma Receita Financeira, no exercício de 2003, no valor de R\$ 3.750,00.
  
3. Uma determinada empresa de manutenção de veículos em seu Balancete de Verificação, de 31.12.2003, apresentava os seguintes saldos das contas:

CONTAS	R\$	SALDOS
Adiantamento de Clientes	R\$	5.000,00
Bancos conta Movimento	R\$	4.000,00
Caixa	R\$	800,00
Capital a Integralizar	R\$	8.000,00
Capital Social	R\$	12.000,00
Clientes	R\$	800,00
Custo de Serviços Vendidos	R\$	3.500,00
Despesas com Aluguel	R\$	500,00
Despesas com Energia Elétrica	R\$	200,00
Despesas com Pró-Labore	R\$	3.200,00
Despesas com Propaganda	R\$	1.500,00
Despesas com Salários	R\$	3.400,00
Despesas com Seguros	R\$	300,00
Despesas com Telefone	R\$	200,00
Duplicatas a Pagar	R\$	3.500,00
Equipamentos	R\$	4.000,00

Estoques de Peças de Reparos	R\$	5.000,00
Imóveis	R\$	12.000,00
Lucros Acumulados	R\$	2.200,00
Receita com Venda de Serviços	R\$	28.000,00
Seguros a Vencer	R\$	3.300,00

Após o encerramento das contas de resultado, o Balanço Patrimonial apresentou o Ativo Total e o Patrimônio Líquido, respectivamente, de:

- a)** R\$ 26.600,00 e R\$ 21.400,00.  
**b)** R\$ 29.900,00 e R\$ 21.400,00.  
**c)** R\$ 31.600,00 e R\$ 29.400,00.  
**d)** R\$ 34.900,00 e R\$ 29.400,00.

4. Analise as informações abaixo, desconsiderando os aspectos tributários. O Custo das Mercadorias Vendidas e o Resultado Operacional Líquido do período são, respectivamente:

Compras de Mercadorias	R\$	55.000,00
Despesas com Aluguel	R\$	1.500,00
Despesas com Propaganda	R\$	3.000,00
Despesas com Salários	R\$	6.000,00
Devolução de Compras de Mercadorias	R\$	1.000,00
Devolução de Vendas de Mercadorias	R\$	1.000,00
Estoque Final de Mercadorias	R\$	10.000,00
Estoque Inicial de Mercadorias	R\$	20.000,00
Fretes sobre Compras de Mercadorias	R\$	400,00
Receita com Vendas de Mercadorias	R\$	80.000,00
Receitas Financeiras	R\$	3.000,00
Seguro sobre Compras de Mercadorias	R\$	1.200,00

- a)** R\$ 62.400,00 e R\$ 9.100,00.  
**b)** R\$ 63.200,00 e R\$ 8.300,00.  
**c)** R\$ 65.600,00 e R\$ 5.900,00.  
**d)** R\$ 67.600,00 e R\$ 3.900,00.

5. Uma empresa apresenta os seguintes saldos contábeis, desconsiderando os aspectos tributários: Estoque Inicial R\$ 1.400,00; Compras R\$ 1.700,00; Devolução de Vendas R\$ 400,00; Estoque Final R\$ 1.600,00; Devolução de Compras R\$ 400,00; Receita com Vendas de Mercadorias R\$ 2.600,00; Despesas Administrativas R\$ 260,00; Despesas Financeiras R\$ 240,00. Considerando estes saldos, o Custo das Mercadorias Vendidas e o Resultado Operacional Bruto, respectivamente, são:

- a)** R\$ 1.100,00 e R\$ 600,00.  
**b)** R\$ 1.100,00 e R\$ 1.100,00.  
**c)** R\$ 1.500,00 e R\$ 600,00.  
**d)** R\$ 1.500,00 e R\$ 1.100,00.

**Obs. Demonstrar os cálculos.**

**RESOLUÇÃO CFC N.º 686/90**

**Aprova a NBC T.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.**

**NBC T.3.1 – Das Disposições Gerais.**

**NBC T.3.2 – Do Balanço Patrimonial.**

**NBC T.3.3 – Da Demonstração do Resultado.**

**NBC T.3.4 – Da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.**

**NBC T.3.5 – Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.**

**NBC T.3.6 – Da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.**

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o que dispõe a Resolução CFC N.º 529/81, de 23 de outubro de 1981;

**CONSIDERANDO** o estudo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CFC n.º 4/82, alterada pela Portaria CFC n.º 9/90, sob a coordenação do Contador Ynel Alves de Camargo, tendo como participantes os Contadores: Antônio Carlos Nasi, Antônio Luiz Sarno, George Sebastião Guerra Leone, Hugo Rocha Braga, Luiz Carlos Vaini, Luiz Francisco Serra, Olívio Koliver e Taiki Hirachima;

**CONSIDERANDO** que nas audiências públicas, realizadas nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e João Pessoa, foram acolhidas as sugestões da classe contábil, dentro de um processo amplo e genérico de oportunidades de manifestações;

**CONSIDERANDO** a importância da elaboração de normas reguladoras para o campo do exercício profissional contábil,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar as Normas Brasileiras de Contabilidade abaixo discriminadas:  
NBC T.3 – CONCEITO, CONTEÚDO, ESTRUTURA E NOMENCLATURA DAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

NBC T.3.1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

NBC T.3.2 – DO BALANÇO PATRIMONIAL.

NBC T.3.3 – DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

NBC T.3.4 – DA DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.

NBC T.3.5 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

NBC T.3.6 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1990.

**IVAN CARLOS GATTI**  
Presidente

Ata CFC n° 691  
Proc. CFC n° 492/89

## **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

### **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**

#### **NBC T 3.1 – Das Disposições Gerais**

3.1.1 – As demonstrações contábeis (\*) são as extraídas dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil de qualquer tipo de entidade.

3.1.2 – A atribuição e a responsabilidade técnica do sistema contábil da entidade cabem, exclusivamente, a contabilista registrado no CRC.

3.1.3 – As demonstrações contábeis observarão os Princípios Fundamentais de Contabilidade, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.1.4 – As demonstrações contábeis devem especificar sua natureza, a data e/ou o período e a Entidade a que se referem.

3.1.5 – O grau de revelação das demonstrações contábeis deve propiciar o suficiente entendimento do que cumpre demonstrar, inclusive com o uso de notas explicativas que, entretanto, não poderão substituir o que é intrínseco às demonstrações.

3.1.6 – A utilização de procedimentos diversos daqueles estabelecidos nesta Norma somente será admitida em Entidades públicas e privadas sujeitas a normas contábeis específicas, fato que será mencionado em destaque, na demonstração ou em nota explicativa.

3.1.7 – Os efeitos inflacionários são tratados em Norma específica.

(\*) Inclusive as denominadas “financeiras”, na legislação.

## **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

### **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**

#### **NBC T 3.2 – Do Balanço Patrimonial**

##### **3.2.1 – Conceito**

3.2.1.1 – O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, o Patrimônio e o Patrimônio Líquido da Entidade.

##### **3.2.2 – Conteúdo e Estrutura**

3.2.2.1 – O Balanço Patrimonial é constituído pelo Ativo, pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido.

a) o Ativo compreende as aplicações de recursos representados por bens e direitos;

- b) o Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros;
- c) o Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da entidade, e seu valor é a diferença entre o valor do Ativo e o valor do Passivo (Ativo menos Passivo). Portanto, o valor do Patrimônio Líquido pode ser positivo, nulo ou negativo.

No caso em que o valor do Patrimônio Líquido é negativo é também denominado de “Passivo a Descoberto”.

*O item 3.2.2 e seus subitens foram alterados pela Resolução CFC n° 847, de 16 de junho de 1999.*

3.2.2.2 – As contas do ativo são dispostas em ordem crescente dos prazos esperados de realização, e as contas do passivo são dispostas em ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados, observando-se iguais procedimentos para os grupos e os subgrupos.

3.2.2.3 – Os direitos e as obrigações são classificados em grupos do Circulante, desde que os prazos esperados de realização dos direitos e os prazos das obrigações, estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data **do balanço patrimonial**.

3.2.2.4 – Os direitos e as obrigações são classificados, respectivamente, em grupos de Realizável e Exigível a Longo Prazo, desde que os prazos esperados de realização dos direitos, e os prazos das obrigações estabelecidas ou esperadas, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.2.2.5 – Na entidade em que o ciclo operacional tiver duração maior que o exercício social, a classificação no Circulante ou Longo Prazo terá por base o prazo desse ciclo.

3.2.2.6 – Os saldos devedores ou credores de todas as contas retificadoras deverão ser apresentados como valores redutores das contas ou grupo de contas que lhes deram origem.

3.2.2.7 – Os valores recebidos como receitas antecipadas por conta de produtos ou serviços a serem concluídos em exercícios futuros, denominados como resultado de exercícios futuros, na legislação, serão demonstrados com a dedução dos valores ativos a eles vinculados, como direitos ou obrigações, dentro do respectivo grupo do ativo ou do passivo.

3.2.2.8 – Os saldos devedores e credores serão demonstrados separadamente, salvo nos casos em que a entidade tiver direito ou obrigação de compensá-los.

3.2.2.9 – Os elementos da mesma natureza e os pequenos saldos serão agrupados, desde que seja indicada a sua natureza e nunca ultrapassem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedada a utilização de títulos genéricos como “**diversas contas**” ou “**contas-correntes**”.

3.2.2.10 – As contas que compõem o ativo devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

### ***I – Circulante***

O Circulante compõe-se de:

- a) Disponível

São os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata.

**b) Créditos**

São os títulos de crédito, quaisquer valores mobiliários e os outros direitos.

**c) Estoques**

São os valores referentes às existências de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, mercadorias, materiais de consumo, serviços em andamento e outros valores relacionados às atividades-fins da entidade.

**d) Despesas Antecipadas**

São as aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

**e) Outros Valores e Bens**

São os não relacionados às atividades-fins da entidade.

**II – Realizável a Longo Prazo**

São os ativos referidos nos itens I b), c), d), e) anteriores, cujos prazos esperados de realização situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

**III – Permanente**

São os bens e direitos não destinados à transformação direta em meios de pagamento e cuja perspectiva de permanência na entidade ultrapasse um exercício. São constituídos pelos seguintes subgrupos:

**a) Investimentos**

São as participações em sociedades, além dos bens e direitos que não se destinem à manutenção das atividades-fins da entidade.

**b) Imobilizado**

São os bens e direitos, tangíveis e intangíveis, utilizados na consecução das atividades-fins da entidade.

**c) Diferido**

São as aplicações de recursos em despesas, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

*A letra “c” do inciso III, do item 3.2.2.10 foi alterada pela Resolução CFC nº 847, de 16 de junho de 1999.*

3.2.2.11 – As contas que compõem o passivo devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

**I – Circulante**

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

## **II – Exigível a Longo Prazo**

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.2.2.12 – As contas que compõem o Patrimônio Líquido devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

### **I – Capital**

São os valores aportados pelos proprietários e os decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

### **II – Reservas**

São os valores decorrentes de retenções de lucros, de reavaliação de ativos e de outras circunstâncias.

### **III – Lucros ou Prejuízos Acumulados**

São os lucros retidos ou ainda não destinados, e os prejuízos ainda não compensados; estes apresentados como parcela redutora do Patrimônio Líquido.

3.2.2.13 – No caso do patrimônio líquido ser negativo, será demonstrado após o Ativo, e seu valor final denominado de Passivo a Descoberto.

*O item 3.2.2.13 foi alterados pela Resolução CFC n° 847, de 16 de junho de 1999.*

## **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

### **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**

#### **NBC T 3.3 – Da Demonstração do Resultado**

##### **3.3.1 – Conceito**

3.3.1.1 – A demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade.

3.3.1.2 – A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

##### **3.3.2 – Conteúdo e Estrutura**

3.3.2.1 – A demonstração do resultado compreenderá:

- a) as receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento;
- b) os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas.

3.3.2.2 – A compensação de receitas, custos e despesas é vedada.

3.3.2.3 – A demonstração do resultado evidenciará, no mínimo e de forma ordenada:

- a) as receitas decorrentes da exploração das atividades-fins;
- b) os impostos incidentes sobre as operações, os abatimentos, as devoluções e os cancelamentos;
- c) os custos dos produtos ou mercadorias vendidos e dos serviços prestados;
- d) o resultado bruto do período;
- e) os ganhos e as perdas operacionais;
- f) as despesas administrativas com vendas, financeiras e outras, e as receitas financeiras;
- g) o resultado operacional;
- h) as receitas e despesas e os ganhos e perdas não decorrentes das atividades-fins;
- i) o resultado antes das participações e dos impostos;
- j) as provisões para impostos e contribuições sobre o resultado;
- l) as participações no resultado;
- m) o resultado líquido do período.

## NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

### **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**

#### **NBT 3.4 – Da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados**

##### **3.4.1 - Conceito**

3.4.1.1 – A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da entidade.

##### **3.4.2 – Conteúdo e Estrutura**

3.4.2.1 – A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

- a) o saldo no início do período;
- b) os ajustes de exercícios anteriores;
- c) as reversões de reservas;
- d) a parcela correspondente à realização de reavaliação, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- e) o resultado líquido do período;
- f) as compensações de prejuízos;
- g) as destinações do lucro líquido do período;

- h) os lucros distribuídos;
- i) as parcelas de lucros, incorporadas ao capital;
- j) o saldo no final do período.

3.4.2.2 – Os ajustes dos exercícios anteriores são apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

3.4.2.3 – A entidade que elaborar a demonstração das mutações do patrimônio líquido, nela incluirá a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

## NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

### **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**

#### **NBC T 3.5 – Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

##### **3.5.1 – Conceito**

3.5.1.1 – A demonstração das mutações do patrimônio líquido é aquela destinada a evidenciar as mudanças, em natureza e valor, havidas no patrimônio líquido da entidade, num determinado período de tempo.

*O subitem 3.5.1.1 foi alterado pela Resolução CFC n° 887, de 9 de outubro de 2000.*

##### **3.5.2 – Conteúdo e Estrutura**

3.5.2.1 – A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- a) os saldos no início do período;
- b) os ajustes de exercícios anteriores;
- c) as reversões e transferências de reservas e lucros;
- d) os aumentos de capital, discriminando sua natureza;
- e) a redução de capital;
- f) as destinações do lucro líquido do período;
- g) as reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- h) o resultado líquido do período;
- i) as compensações de prejuízos;
- j) os lucros distribuídos;
- l) os saldos no final do período.

## NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

### **NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura, Nomenclatura das Demonstrações Contábeis**

## **NBC T 3.6 – Da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**

### **3.6.1 – Conceito**

3.6.1.1 – A demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, um determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade.

### **3.6.2 – Conteúdo e Estrutura**

3.6.2.1 – A demonstração das origens e das aplicações de recursos discriminará:

a) o valor resultante das operações da entidade, correspondente ao resultado líquido do período, retificado por valores que não geraram movimentação de numerário ou não afetaram o capital circulante, que tanto poderá constituir-se em origens ou em aplicação de recursos;

b) as origens dos recursos, compreendendo:

- 1) os aportes de capital;
- 2) os recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo e permanente;
- 3) os recursos provenientes de capital de terceiros de longo prazo.

c) as aplicações dos recursos, compreendendo:

- 1) os recursos destinados ao pagamento das participações nos lucros aos sócios ou acionistas;
- 2) os recursos aplicados na aquisição do permanente e no aumento dos ativos de longo prazo;
- 3) os recursos aplicados na redução de obrigações de longo prazo;
- 4) os reembolsos de capital.

d) a variação do capital circulante líquido, resultante da diferença entre os totais das origens e das aplicações dos recursos.

e) a demonstração da variação do capital circulante líquido, compreendendo os saldos iniciais e finais do ativo e do passivo circulante, e respectivas variações líquidas do período.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Equipe de Professores da USP. Contabilidade Introdutória. 9ª ed. -São Paulo: Atlas, 1998.
- Sá, Antonio Lopes de, Plano de Contas, 11ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- Marion, Jose Carlos. Contabilidade Básica, 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2004.
- FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. – 23 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, aplicável também às demais Sociedades. São Paulo: Atlas.
- Sá, Antonio Lopes de. Plano de contas. – 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- Ribeiro, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil – 3. ed. – São Paulo : Atlas, 2002.

Goiânia, Fevereiro de 2008.

Paulo Henrique Alves Parreira  
Professor  
ph.parreira@hotmail.com